

IPARDES

Instituto Paranaense de
Desenvolvimento Econômico e Social

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

PROJETO DINÂMICA URBANA DOS ESTADOS

DINÂMICA URBANA DOS ESTADOS

ESTADO DO PARANÁ

Projeto em acordo de cooperação
técnica IPARDES/IPEA

**CURITIBA
2010**

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES

Maria Lúcia de Paula Urban - *Diretora-Presidente*

Gracia Maria Viecelli Besen - *Diretora do Centro de Pesquisa*

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA

Márcio Pochmann - *Presidente*

Liana Maria da Frota Carleial - *Diretora de estudos e Políticas regionais, Urbanas e Ambientais*

PROJETO DINÂMICA URBANA DOS ESTADOS

COORDENAÇÃO IPEA

Bolivar Pêgo Filho - IPEA

Equipe Técnica do IPARDES

Rosa Moura (coordenação)

Maria Isabel Barion

Marley Deschamps

Nelson Ari Cardoso

Lorraine Santos Vaccari (bolsista PROREDES)

Ricardo Kingo Hino (bolsista PROREDES)

Editoração

Maria Laura Zocolotti (coordenação)

Claudia F. B. Ortiz (revisão de texto)

Ana Rita Barzick Nogueira (editoração eletrônica)

I59d Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.
Dinâmica urbana dos Estados : Estado do Paraná / Instituto
Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba :
IPARDES, 2010.

49 p.

Projeto Dinâmica Urbana dos Estados
Acordo de cooperação técnica IPARDES, IPEA

1. Rede urbana. 2. Urbanização. 3. Polo de desenvolvimento. 4.
Paraná. I. Título.

CDU 911.3:711.4 (816.2)

APRESENTAÇÃO

O presente relatório resulta dos estudos realizados pelo IPARDES no âmbito do termo de cooperação técnica com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), firmado em 2008, para o desenvolvimento de pesquisas relacionadas às temáticas do desenvolvimento regional e urbano.

O referido termo de cooperação consolidou a constituição da REDE IPEA/ANIPES, que tem por objetivo o fortalecimento institucional e técnico das instituições de pesquisa filiadas à Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística (ANIPES), por meio de ações e pesquisas integradas, intercâmbio institucional e incentivo à disseminação de informações para a sociedade.

O IPARDES participou dessa Rede com cinco projetos de pesquisa, sendo que, em cada um deles, estabeleceram-se parcerias com diversas instituições estaduais, e mesmo municipais, de diferentes regiões do País. Esses projetos estiveram vinculados também ao Programa de Apoio a Redes de Pesquisa (PROREDES), do IPEA, coordenado pela Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (DIRUR). Este programa regulamenta a concessão de bolsas de pesquisa vinculada às áreas temáticas definidas no planejamento estratégico dessa instituição.

Os projetos nos quais o IPARDES participou envolvem estudos sobre licenciamento ambiental, fortalecimento e qualificação da gestão municipal, caracterização de assentamentos precários urbanos, rede urbana do Brasil e dinâmica do desenvolvimento regional. Uma questão comum aos diversos projetos é a inexistência ou precariedade de informações sistematizadas sobre os temas contemplados, nas diversas escalas de análise. Nesse sentido, todos os projetos caracterizam-se pelo esforço das instituições na busca por informações dispersas em diversos órgãos estaduais e/ou municipais, na realização de levantamento de campo, na organização e consolidação de bancos de dados e na sistematização e análise destas informações.

O PROREDES permitiu, ainda, a contratação de 13 bolsistas pesquisadores, que interagiram com as equipes técnicas do IPARDES, renovando experiências e contribuindo para o aprendizado coletivo institucional.

Dessa forma, cumprindo a missão institucional de produzir conhecimento sobre o Paraná, o IPARDES coloca à disposição da sociedade o resultado desses estudos. Espera-se, com essa difusão, estimular a reflexão e a discussão sobre os temas das pesquisas e os desafios a eles associados.

No mesmo sentido, cabe destacar a importância dessa experiência, rica em interações institucionais, para a atualização dos papéis de nossas instituições de pesquisa nos processos de gestão do desenvolvimento e nos métodos de planejamento da ação estatal contemporânea.

Maria Lúcia de Paula Urban
Diretora-Presidente do IPARDES

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1 ANÁLISE DOS CONTEÚDOS E TENDÊNCIAS DOS ESTUDOS ANALISADOS	7
1.1 METODOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO	14
2 ANÁLISE DA DINÂMICA URBANO-REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ	21
2.1 NOVOS POLOS, NOVAS ÁREAS DINÂMICAS E PROCESSOS ECONÔMICOS.....	23
2.2 ÁREAS ESTAGNADAS	29
2.3 TENDÊNCIAS DE DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO.....	31
2.4 A REDE DE CIDADES	36
3 CONSOLIDAÇÃO E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS ATORES PÚBLICOS E PRIVADOS	39
3.1 CONSOLIDAÇÃO E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS REALIZADAS.....	39
3.1.1 Atores institucionais públicos	39
3.1.2 Atores institucionais privados.....	40
3.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	41
4 PROPOSTAS PARA A FUTURA PESQUISA (ATUALIZAÇÃO DA REDE URBANA DO BRASIL)	42
5 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	48

INTRODUÇÃO

O Relatório II, integrante da pesquisa “Dinâmica Urbana dos Estados”, é composto de quatro partes. A primeira se refere à análise dos conteúdos dos estudos adotados na etapa I da referida pesquisa, e busca sintetizar as prospecções apontadas nos estudos “Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil”, “Regiões de Influência das Cidades” e “Estudo da Dimensão Territorial do PPA”, e verificar como elas se configuram na realidade do Estado do Paraná. Tais prospecções são relidas à luz dos estudos específicos considerados para o Paraná, particularmente “Os Vários Paranas” e o “Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba (PDI)”. Todas as considerações foram precedidas de uma reflexão sobre as metodologias utilizadas nos estudos básicos e específicos, na qual se constatou convergência entre as metodologias empregadas e os indicadores utilizados, assim como relativa articulação entre os mesmos, o que tornou legítimas as comparações.

A segunda parte do relatório se refere à análise da dinâmica urbana e regional do Estado do Paraná. Vale-se fundamentalmente de trabalhos produzidos no âmbito do Iperdes, que buscam articular o exame da rede urbana à dinâmica econômica estadual, e da tese de Rosa Moura, defendida em 2009, que atualiza informações analisadas nos trabalhos considerados. A partir dos estudos foi possível obter um cenário geral do Estado, porém antecipa-se a necessidade da continuidade da pesquisa para aprofundar a análise dos inter-relacionamentos entre a dinâmica urbana paranaense e a dos estados e países vizinhos – no caso paranaense, a condição de fronteira com Paraguai e Argentina torna imprescindível a especificidade das análises. Nessa parte do trabalho, é feita uma leitura da evolução da rede urbana estadual, com base nas hierarquias de centros oferecidas pelo IBGE, na qual se constatam o surgimento e a consolidação de polos e áreas dinâmicas no processo de urbanização e metropolização paranaense, percebendo-se uma associação entre as novas áreas dinâmicas e os processos de desconcentração e reconcentração de atividades econômicas em território nacional. No contraponto, identificam-se áreas estagnadas ou em processo de estagnação econômica e esvaziamento populacional – os espaços socialmente críticos –, assim como a concentração de pontos com essas características, impregnando-se nas áreas dinâmicas, onde é muito elevada a concentração de indicadores de carência. As análises consideram um período de quatro décadas, com maior nível de detalhe no intervalo 1991-2007. Os resultados confirmam o processo de configuração de aglomerações urbanas nas polaridades interioranas, a metropolização de Curitiba e a expansão da área aglomerada sob sua polarização direta, e anunciam uma nova categoria espacial, ainda mais complexa que as aglomerações, pois sintetizam unidades que reúnem aglomerações e centros urbanos em uma dinâmica comum

multiescalar e de natureza híbrida – a categoria dos arranjos urbano-regionais. Desde já, é sabido que ainda se faz necessário o aprofundamento de estudos quanto à distribuição das atividades de serviços e alocação de equipamentos públicos capazes de modificar a hierarquia urbana; quanto à infraestrutura econômica e técnico-científica (novas instalações industriais, eixos logísticos, centros/feiras, equipamentos de abrangência regional, universidades/IEFS/CEFETS); à mobilidade urbana e aos deslocamentos intra e interaglomerações, particularmente os movimentos pendulares para trabalho e/ou estudo.

A terceira parte do relatório refere-se aos resultados das entrevistas realizadas com os atores públicos e privados, destacando os elementos de maior contribuição de cada resposta para a pesquisa e buscando avaliar o potencial de utilização de estudos de dinâmica de rede urbana por parte dos atores estaduais. No segmento de instituições públicas, foram entrevistados representantes de Secretarias de Estado (Desenvolvimento Urbano, Saúde e Educação) e do IBGE. No âmbito não-governamental e da iniciativa privada, as entrevistas concentraram-se no setor de transporte, representadas por um sindicato e uma empresa de vendas de veículos para transporte coletivo. Cada entrevista encontra-se sistematizada separadamente, seguindo o roteiro estabelecido pela coordenação nacional da pesquisa, e acompanha este relatório na forma de anexo.

A quarta parte retoma proposições surgidas nos debates do seminário A Rede Urbana em Debate, que aconteceu em Curitiba, no mês de novembro de 2009. Resgata propostas quanto à continuidade dos trabalhos e da pesquisa futura a ser desenvolvida pela rede constituída, e detalha alguns tópicos que traduzem maior especificidade ao caso paranaense. Nesse aspecto, ilustra com um cronograma de atividades previstas para as etapas sequenciais da pesquisa.

Algumas considerações finais quanto a avanços e limitações encontrados no decorrer da pesquisa fecham o presente relatório.

1 ANÁLISE DOS CONTEÚDOS E TENDÊNCIAS DOS ESTUDOS ANALISADOS

A pesquisa “Dinâmica Urbana dos Estados”, desenvolvida em rede por um grupo de instituições estaduais de planejamento e pesquisa (PROREDES) e coordenada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), tem por objetivo analisar aspectos do sistema urbano dos estados, no período 2000-2008, enfocando as transformações ocorridas no perfil demográfico, produtivo e funcional das cidades, bem como em sua distribuição espacial, a fim de contribuir para a definição de estratégias de apoio à formulação e execução da política urbana em diferentes escalas.

Nesse sentido, a proposta inicial do estudo foi a de revisar a literatura recente sobre regionalização e dinâmicas urbanas no país, especificamente em relação a três estudos básicos.¹ O primeiro deles, Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil (IPEA, 2002), coordenado pelo IPEA e realizado conjuntamente com o IBGE e o Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional (NESUR), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), contemplou a identificação de aglomerações urbanas, dentro de seu objetivo mais amplo que era analisar a configuração e as tendências de evolução da rede urbana, enfocando as transformações espaciais do desenvolvimento e buscando qualificar os determinantes do processo de urbanização e do sistema urbano brasileiro, com vistas a oferecer subsídios à formulação de uma política urbana nacional e de políticas setoriais e territoriais.

Outro estudo analisado, com papel de destaque na classificação dos centros, foi o Regiões de Influência das Cidades (REGIC), que integra um conjunto de pesquisas desenvolvido pelo IBGE, a partir da análise dos fluxos entre cidades brasileiras para acesso a funções determinadas. A primeira classificação realizada pelo IBGE data de 1973, quando da revisão do estudo Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas (IBGE, 1972), com base em informações contidas em questionários especialmente preparados e relativos ao ano de 1966. Essas questões deram origem às pesquisas subseqüentes de 1978 (IBGE, 1987), 1993 (IBGE, 2000) e 2007 (IBGE, 2008). A classificação mais recente privilegia a gestão do território como condição fundamental ao posicionamento de um centro na rede hierárquica.

Também foi analisado o Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento – Regiões de Referência III, apresentado pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e desenvolvido em parceria com o Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE), que procurou responder como se distribuíam a capacidade produtiva, a rede de oferta de serviços e a infraestrutura

¹ A resenha e comentários sobre estes estudos e sobre outros estudos considerados encontram-se no Relatório I, que visou atender à Etapa I da Pesquisa Dinâmica Urbana dos Estados, que integra o projeto Rede Urbana do Brasil e da América do Sul.

no território nacional; como se comportava o fluxo migratório, e quais os impactos territoriais das novas tecnologias. A proposta era subsidiar a ação e os investimentos governamentais, diante da necessidade da regionalização dos gastos, considerando desde a formulação da política pública, a partir das necessidades identificadas pelos cidadãos, até a avaliação dos impactos dessa política.

Além desses, foram levantados estudos e trabalhos em temas correlatos, desenvolvidos nos estados integrantes da pesquisa, que permitiram compreender e identificar o processo de urbanização e a estrutura urbana de cada estado, destacando suas especificidades e características.

A escolha da literatura específica para o Estado do Paraná, apontada no Relatório I, optou pela abordagem de estudos que trabalhassem com escalas em maior detalhe: o primeiro, *Os Vários Paranas* (IPARDES, 2005), traz a leitura dos municípios paranaenses, a partir de suas relações de interdependência e complementaridade, visando à estruturação de um novo ordenamento territorial do Estado; o segundo, *Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba* (COMEC, 2006), trata do recorte territorial definido legalmente para a Região Metropolitana de Curitiba, focando as questões físico-territoriais e institucionais para elaboração de proposta de novo ordenamento territorial e arranjo institucional voltado à gestão da Região Metropolitana de Curitiba (RMC); outros estudos referentes ao Paraná também foram considerados, conforme abordado no Relatório I.

A partir da análise das tendências e das dinâmicas urbanas regionais apontadas pelos estudos básicos, construiu-se a base teórica e conceitual que referenciou a análise da dinâmica urbana do Estado do Paraná.

A análise dos estudos do Regic 2007 e dos resultados do convênio IPEA/IBGE/UNICAMP-NESUR (IPEA, 2002) apontam algumas tendências comuns em relação à rede urbana do país. Em termos nacionais, da análise do Regic, observa-se que ocorreram pequenas transformações na composição das principais centralidades ao longo das décadas consideradas, com movimentos de ampliação do número de centros, leves reposicionamentos e interiorização de um nó relevante, expresso na consolidação de Brasília como Metrópole Nacional. A configuração espacial concentrada, que caracteriza a rede urbana atual, deve se manter, caso permaneçam inalterados o modo de produção e a base produtiva vigente, com o reforço da estrutura principal e poucas inserções de novas centralidades nos níveis secundários da hierarquia. A tendência é de que se componham arranjos mais complexos, aglutinadores, em um mesmo conjunto, agrupando ACPs, Sub-ACPs e centros de variados níveis hierárquicos, em arranjos urbano-regionais, como apontado por Moura (2009).

Anunciando esta tendência, o estudo IPEA/IBGE/UNICAMP-NESUR (IPEA, 2002) ressalta a importância que as aglomerações urbanas – metropolitanas ou não – adquiriram no cenário nacional e como o processo de metropolização se intensificou nas últimas

décadas, destacando que em 1996, estas envolviam 379 municípios e concentravam 47,32% da população do país. O estudo apontou também um agravamento dos problemas sociais, urbanos e ambientais, devido à elevada concentração nas aglomerações urbanas do país, resultado do caráter seletivo dos investimentos, privilegiando espaços dinâmicos, em detrimento de áreas de baixo dinamismo ou estagnadas economicamente.

Tendo em consideração as tendências apontadas, o Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento (BRASIL, 2008), formulado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, formula uma proposta para desconcentração das áreas de maior densidade do país. O estudo propõe que a política urbano-regional deva ser construída a partir das múltiplas centralidades que organizam microrregiões, sub-regiões e macrorregiões no país como um todo, articuladas nas escalas locais, regionais e globais. Segundo o estudo, a organização do espaço urbano-regional contemporâneo, em múltiplas centralidades articuladas – o policentrismo – cria condições para a construção de um país com maior integração interna, com menores desigualdades regionais e sociais e uma maior inserção internacional.

A proposta é de uma nova configuração do território, definindo núcleos urbanos capazes de atrair condições de interiorização e equilíbrio do desenvolvimento nacional. Para tanto, o estudo identifica 11 macrorregiões e considera a prevalência de 18 macropolos, 11 deles já consolidados e sete propostos como novos macropolos, que necessitam de “ações complementares para, de fato, exercerem o papel descentralizador que lhes é atribuído neste estudo” (BRASIL, 2008, p.113). Também foram propostos outros 22 subpolos que conformam sub-regiões estratégicas, privilegiando o interior ou fortalecendo as áreas mais próximas às fronteiras com os países vizinhos.

O Sudeste-Sul integra quatro microrregiões sob comando de Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba-Porto Alegre, considerados “macropolos já consolidados que exercerão ainda grande influência nesse território e mesmo no país como um todo” (BRASIL, 2008, p.140), não sendo propostos novos macropolos para este território. Já, em relação à escolha de novos subpolos, destacam-se os subpolos interioranos da parte mais ao sul: Cascavel (PR), Chapecó (SC) e Santa Maria (RS).

Segundo o estudo uma proposta de reconfiguração das áreas de influência anteriores passaria pela consolidação desses novos núcleos, que atuariam tanto no reforço de fluxos mais ao interior do território, quanto à criação de vínculos mais estreitos com países vizinhos. As diretrizes para esse território, previstas pelo estudo, “abrange a consolidação das articulações dos seus núcleos principais com os polos e as redes estabelecidas no Cone Sul, o desenvolvimento das conexões socioprodutivas com os países vizinhos e a mudança nas condições de vida nos grandes centros urbanos” (BRASIL, 2008, p.139). A recomendação é que se intensifique a atenção aos problemas relacionados às Regiões Metropolitanas, principalmente aqueles ligados às carências

importantes em habitação, saneamento e transportes urbanos. A agenda econômica e social deste território deveria prever ações que pudessem reverter as deseconomias de escala e o congestionamento associados aos problemas urbanos decorrentes da grande concentração de pessoas e atividades.

No âmbito dos estudos específicos, o estudo socioeconômico-institucional Os Vários Paranás, que subsidiou os Planos de Desenvolvimento Regional, publicado pelo IPARDES (IPARDES, 2005), aponta similaridade nas tendências ao evidenciar o agravamento da concentração econômica nas espacialidades constataadamente mais dinâmicas, por envolverem municípios que permanecem, ao longo das últimas décadas, sediando os segmentos econômicos mais modernos e com maior capacidade de geração de valor, a mais densa estrutura de serviços e as unidades administrativas descentralizadas dos governos estadual e federal, mantendo-se, assim, como polos de atração das atividades produtivas e da população (IPARDES, 2005).

Destaca-se, nesse sentido, a contínua concentração econômica, política, técnico-científica e populacional do espaço que se estende de Paranaguá a Ponta Grossa, polarizado pela aglomeração metropolitana de Curitiba, identificado no estudo Os Vários Paranás, como 1.º espaço relevante.² Os demais espaços relevantes – o que se alonga no norte central, polarizado por Londrina e Maringá (2.º espaço) e o que se projeta no oeste, a partir de Cascavel e adjacências, direcionando-se para Foz do Iguaçu e Marechal Cândido Rondon (3.º espaço) – apresentam desnível marcante em relação ao primeiro.

Outros espaços com algum grau de relevância se inserem desempenhando papéis mais especializados, enquanto os espaços socialmente críticos³ permanecem relativamente à margem da dinâmica econômica e política do Estado. Nestes, há profundas dificuldades na geração de emprego e renda, além de sérias restrições na oferta de ocupações e na atenção às necessidades sociais da população. Tanto entre os espaços relevantes, quanto entre os socialmente críticos, situações de carência, dependência e pobreza são visíveis no âmbito de municípios e de porções intramunicipais. A manutenção e aprofundamento da heterogeneidade e desigualdade em todas as escalas apresentam-se também, como uma tendência identificada no estudo Os Vários Paranás, caso não aconteça nenhuma ação que reverta este quadro.

Em conformidade à dinâmica desses espaços, a rede urbana paranaense estrutura-se a partir de uma centralidade principal – Curitiba – que polariza todo o território estadual, transpondo-o, mais intensamente em direção à Santa Catarina, e que é considerada a única de

² Considerado pelo estudo como espaço de concentração e densificação, definidos pela relevância econômica, pela densidade técnico-científica e pelo papel de lugar central na rede de cidades, tendo sua dinâmica sustentada pelo sistema rodoviário.

³ Considerados no estudo como espaços nos quais os indicadores sociais apontam para proporções mais elevadas ou números absolutos mais expressivos de privação ou carência, e com baixíssima relevância econômica e institucional.

natureza metropolitana no Paraná. Londrina, Maringá e Cascavel, representando os outros dois espaços relevantes, sucedem Curitiba na hierarquia de centros do Estado, posicionando-se como centros regionais B, reproduzindo na hierarquia urbana o elevado desnível observado entre os espaços relevantes. Nos espaços socialmente críticos, nenhuma centralidade se posiciona em patamar elevado da hierarquia de centros.

Outra tendência, apontada pelo estudo Os Vários Pararás, e que reitera as apontadas nos estudos nacionais analisados, é de que alguns centros isolados, polos e subpolos regionais do interior, que tiveram sua importância reforçada tanto por sua diversidade funcional, quanto pelo arranjo espacial, possam promover uma nova dinâmica regional, estimulando municípios menores que se encontram em seu entorno.

No âmbito do 1º espaço relevante, que inclui a Região Metropolitana de Curitiba, segundo o Plano de Desenvolvimento Integrado 2006, num contexto de enfraquecimento quase absoluto do poder de intervenção das esferas federal e estadual associado à manutenção de elevadas taxas de incremento populacional na RMC, vem ocorrendo um recrudescimento do modelo de crescimento urbano a partir Curitiba. Ou seja, intensifica-se a expansão/espraiamento da malha urbana sobre os municípios vizinhos à metrópole, em função da proximidade física ao município-polo e das facilidades de acesso à terra e a meios de transporte de passageiros, reproduzindo o processo de periferação comum às demais RMs do país, porém ainda favorecidos pela ilusão “do acesso à economia e à cidadania curitibanas”. Como resultado desse processo, pode-se apontar: (i) a consolidação de um anel urbano no entorno de Curitiba (Núcleo Urbano Central - NUC); (ii) o não-fortalecimento das sedes dos municípios próximos para atuar de forma integrada e complementar na alocação de funções urbanas; e (iii) a manutenção das sedes dos municípios mais distantes da metrópole em posições relativas no conjunto de cidades metropolitanas e de suporte às atividades rurais de seu entorno imediato.

Assim, a ideia colhida dos resultados do REGIC quanto à manutenção e reforço de uma configuração espacial concentrada e da tendência de que os nós principais da rede possam mudar em sua dimensão espacial, vindo a compor arranjos mais complexos (aglutinadores), confirma o recorte territorial apresentado e tratado pelo PDI 2006, o Núcleo Urbano Central, como o espaço que efetivamente abriga a dinâmica metropolitana. Ou seja, diferentemente da composição legalmente instituída da Região Metropolitana de Curitiba, atualmente formada por 26 municípios, o NUC envolve apenas 14 municípios e abrange, em 2007, uma população urbana de 2.466.760 habitantes, concentrando 97,73% da população urbana, ou 94,24% da população total da região metropolitana oficial.

É de entendimento geral que um dos mais graves problemas sociais a ser enfrentado em áreas urbanas, notadamente em aglomerações metropolitanas, é a precariedade da moradia, compreendida não apenas como a unidade habitacional em si, mas como os aspectos relacionados às condições da infraestrutura de serviços urbanos a ela vinculados.

Assim, ratifica-se a constatação do estudo Caracterização da Rede Urbana do Brasil quanto ao agravamento dos problemas sociais, urbanos e ambientais, devido à tendência de concentração da população nas aglomerações urbanas do país. De acordo com estudo sobre o déficit e inadequação habitacional, realizado pelo IPARDES, com metodologia do Observatório das Metrôpoles (IPARDES, 2004), que subsidiou o PDI 2006 (COMEC, 2006), a Região Metropolitana de Curitiba: (i) concentra aproximadamente um terço dos domicílios particulares permanentes do Estado e apresenta um déficit habitacional da ordem de 42,8 mil domicílios, correspondendo a 25,3% do déficit habitacional do Paraná e (ii) apresenta cerca de 82 mil domicílios com deficiência no acesso à infraestrutura⁴ e aproximadamente 79 mil domicílios com carência de infraestrutura.⁵

O PDI 2006 também aponta como situação particularmente preocupante na discussão relacionada às condições da moradia, os domicílios localizados em aglomerados subnormais,⁶ entendidos como outra forma de encarar as necessidades habitacionais, enfocando a irregularidade na propriedade do terreno. De acordo com dados do IBGE 2000, havia na RMC 43.127 domicílios em aglomerados subnormais e aproximadamente 170 mil pessoas concentradas mais fortemente no município-polo e no seu entorno.

Outro aspecto que confirma a ideia do agravamento dos problemas sociais, urbanos e ambientais, em função da tendência de concentração da população nas aglomerações urbanas, é apontado pelo PDI 2006 a partir da análise das curvas de isopreço da terra na RMC, elaboradas em 2002, que revelam a concentração dos maiores preços na região central de Curitiba, estendendo-se pelos eixos de estruturação da cidade, em direção às áreas conurbadas de Almirante Tamandaré, Colombo e Pinhais (mais próximas ao polo metropolitano), e nas sedes dos demais municípios periféricos. Esse processo de valorização do solo urbano associado às limitações impostas a partir do surgimento (ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990) de um arcabouço legal que restringiu o uso e a ocupação do solo visando a proteção das áreas de mananciais de abastecimento público na Região Metropolitana de Curitiba, acarretou um dos principais problemas urbanos da região: a ocupação irregular do solo em áreas de proteção ambiental que receberam, durante esse período, um expressivo contingente populacional excluído do mercado formal de terras.

⁴ Deficiência no acesso à infraestrutura entendida como a existência de infraestrutura mínima, porém de forma deficiente.

⁵ Domicílios com carência de infraestrutura correspondem àqueles onde inexitem algumas das modalidades de infraestrutura mínima (iluminação, abastecimento de água, instalação sanitária ou escoadouro e destinação final do lixo).

⁶ Conceituados pelo IBGE como conjunto (favelas e assemelhados) constituído por unidades habitacionais (barracos, casas etc) ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais.

No sentido de reverter as deseconomias de escala associadas à grande concentração urbana, de pessoas e atividades, o estudo Os Vários Paranás propõe em suas linhas de ação e gestão articuladas (IPARDES, 2006b) o fortalecimento de uma rede ampliada de centros e de municípios periféricos aos principais polos, visando desconcentrar a rede urbana paranaense. Estas linhas de ação buscam alterar a constatada concentração de investimentos produtivos, serviços, ativos tecnológicos e infraestrutura econômica nos espaços economicamente mais dinâmicos, além da elevada concentração populacional nestes poucos centros. Sendo assim, a desconcentração econômica e populacional, pelo reforço às atividades presentes nos espaços de mínima, média e elevada relevância econômica, emerge como principal medida a ser adotada pelo Estado, priorizando investimentos e o reforço ao setor produtivo destas regiões. Espera-se, com isso, aumentar a competitividade sistêmica destes espaços e das atividades e empresas neles atuantes, contribuindo para sua maior inserção regional, nacional e internacional. Tais ações estimulariam o fortalecimento de uma rede ampliada de cidades, classificadas nos patamares inferiores na hierarquia de centros, vindo a contribuir com a desconcentração da rede urbana em território paranaense.

O Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba, desde a sua primeira versão em 1978, a partir da constatação de fortes condicionantes físico-ambientais à expansão física das cidades (a leste, Serra do Mar e áreas de proteção de mananciais hídricos; ao norte, altas declividades, e ao sul, várzeas do rio Iguaçu), estabeleceu estratégia de ordenamento territorial fundamentada na: (i) distribuição das atividades econômicas e orientação do processo de expansão urbana em função da vocação e restrições naturais existentes em cada município, e (ii) promoção de maior equilíbrio na distribuição das funções econômicas, adotando como linha estratégica a situação de concentração dispersa através dos subcentros regionais.

A estratégia de ação do PDI 1978 (COMEC, 1978) vislumbrava a formação de uma rede de cidades que desempenhariam funções específicas e complementares entre si, abrigando ao norte e sul funções de suporte às atividades primárias; a leste de exploração do potencial paisagístico natural; e nas áreas central e oeste de apoio às atividades dos setores secundário, terciário e quaternário (características de espaços urbanos).

Essa estratégia de ocupação e distribuição de funções urbanas entre cidades manteve coerência com as restrições e condicionantes naturais de uso solo regional e com a necessidade de preservação das bacias como manancial hídrico. Apesar de não contemplar uma distribuição equitativa da população e das atividades geradoras de renda, essa estratégia apoiava-se num contexto de Estado centralizador e desenvolvimentista, que a princípio, em função de sua alta capacidade de investimentos públicos e neutralização de interesses particulares, garantiria um desenvolvimento atrelado a uma visão racional de ocupação do espaço metropolitano.

A versão 2006 do PDI, mesmo tendo definido como unidade de análise o Núcleo Urbano Central, recorte espacial que concentra de fato a população e as dinâmicas metropolitanas, avançou na proposição (i) de diretrizes e estratégias para o uso e ocupação do solo (inclusive com proposição para ampliação dos níveis de acessibilidade entre os municípios metropolitanos) que acenam com a possibilidade de ampliação das relações entre outras centralidades que não a partir do polo, e, portanto, de criação de subcentralidades; e (ii) de formatação institucional e mecanismos voltados para a gestão dos interesses comuns metropolitanos, o que possibilitaria uma articulação maior entre essas subcentralidades. Entretanto, a implementação dessas diretrizes ainda não logrou ser priorizada na agenda governamental.

1.1 METODOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO

Em relação às metodologias utilizadas pelos estudos básicos, pode-se afirmar que há convergência entre elas, na medida em que há uma articulação entre os estudos considerados. O estudo Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil (IPEA, 2002) toma como referência básica o Regic de 1993 (IBGE, 2000). Embora adote métodos variados para a análise de um amplo conjunto de indicadores, a rede hierárquica dos centros e a abrangência da polarização podem ser consideradas informações fundamentais na definição da escala classificatória proposta. Considerando que o Regic 2007 aperfeiçoa a metodologia do Regic 1993, a convergência se mantém.

Esse estudo integra um conjunto de pesquisas, desenvolvidas pelo IBGE, a partir da análise dos fluxos entre cidades brasileiras para acesso a funções determinadas. Fundamenta-se na Teoria das Localidades Centrais, de Christaller (1996), por concordar com seus pressupostos, de que os lugares adquirem maior ou menor nível de centralidade segundo as funções de distribuição de bens e serviços para a população externa à localidade, residente em sua área de mercado ou região de influência, além de materializar o sistema de produção, articulando circulação, distribuição e consumo, e cristalizar o sistema de decisão e gestão, por meio da localização seletiva de órgãos da administração pública e sedes de grandes corporações, oferecendo um nítido posicionamento hierarquizado dos centros.

Também há convergência metodológica em relação ao Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento (BRASIL, 2008), visto que, assim como o Regic de 1993, a teoria das localidades centrais fundamenta a base de análise de ambos. Essa teoria perde a condição central no Regic 2007, que privilegia a gestão do território como condição fundamental ao posicionamento de um centro na rede hierárquica. Mas os resultados em pouco alteram a classificação dos centros de 1993, com destaque à inserção de Brasília entre as principais metrópoles nacionais, fortemente favorecida no quesito “gestão do território”, por sua condição de capital federal.

A pesquisa do Regic de 2007, como as anteriores, da mesma natureza, estabelece uma hierarquia de centros e a delimitação de suas áreas de influência, classificando os municípios do Brasil em Metrôpoles, Capitais Regionais, Centros Sub-regionais, Centros de Zona e Centros Locais, que formam uma rede urbana comandada por São Paulo. Como visto, o estudo privilegia a função de gestão do território como definidora das hierarquias urbanas. Com Correa (1995, p.83),⁷ entende centro de gestão do território como “aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas sediadas” (IBGE, 2008, p.131).

Para responder como estarão distribuídas a capacidade produtiva, a rede de oferta de serviços e a infraestrutura ao longo do território nacional; como se comporta o fluxo migratório, e quais os impactos territoriais das novas tecnologias, a metodologia utilizada pelo Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento (BRASIL, 2008) parte de uma primeira percepção baseada nas concepções de centralidade urbana e polarização econômica. Em Lemos *et al.* (2000),⁸ a base para a regionalização foi obtida pelo índice de terciarização, calculado pela relação entre a renda do setor de serviços pela renda total.

Uma vez estabelecida a hierarquia dos centros urbanos brasileiros, pela análise comparativa dos Índices de Terciarização, foi calculado o Índice de Integração entre os centros e as demais localidades geográficas. Esse indicador foi obtido pela relação da massa de rendimentos totais das regiões estudadas e as distâncias entre as mesmas. Este método permite uma adaptação incluindo a influência de fluxos migratórios identificando as áreas de influência migratória dos polos econômicos empregando variáveis estritamente demográficas.

Também foi analisada a acessibilidade viária e, levando em conta aspectos de homogeneidade, foram considerados recortes com base no espaço geográfico, como biomas, ecorregiões e bacias hidrográficas. Criou-se um Índice de Capacitação Tecnológica Regional, a partir da articulação de várias dimensões da capacitação tecnológica, para dimensionar o impacto que a tecnologia exerce sobre o ordenamento territorial das sub-regiões do país.

O estudo Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil (IPEA, 2002), partindo da hipótese central de que as tendências da urbanização brasileira e o sistema urbano do país incorporam as transformações espaciais da economia, teve como

⁷ CORRÊA, R. L. Identificação dos centros de gestão do território no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 57, n. 1, p. 83-102, jan./mar. 1995, *apud* IBGE (2008). Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/coleção_digital.htm>. Acesso em: ago. 2008.

⁸ Lemos *et al.* **A nova geografia econômica do Brasil**: uma proposta de regionalização com base nos pólos econômicos e suas áreas de influência. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2000, (mimeo), *apud* BRASIL (2008).

orientação básica analisar as mudanças na base produtiva regional, as alterações na estrutura econômica e seu impacto sobre a configuração da rede urbana, definindo os desdobramentos espaciais e distinguindo áreas dinâmicas, áreas estagnadas e as tendências de evolução econômica e espacial. Pautou-se em análises de agrupamentos, entre outros instrumentos adotados para operacionalização da base de dados organizada para o trabalho. O estudo também tratou de identificar as mudanças ocorridas na conformação do sistema urbano regional nas décadas de 1980 e 1990, e sua articulação com as principais tendências do desenvolvimento econômico regional. Em relação às transformações espaciais da economia, cabe apontar à atenção do estudo aos novos padrões de localização das atividades da indústria e da agropecuária nas décadas de 1980 e 1990, responsáveis por modificações relevantes na configuração da rede urbana do país e nas formas de articulação comercial das regiões entre si e com o exterior.

Em relação aos estudos específicos, a fim de compreender e identificar as diversas espacialidades presentes no Paraná, o estudo Os Vários Paranas (IPARDES, 2005, 2006a, 2006b) tomou como fio condutor a divisão social do trabalho, categoria capaz de mediar o entendimento entre o processo de desenvolvimento em geral e o desenvolvimento específico de uma economia e sociedade particulares. Essa categoria permite conhecer os ramos da produção, os tipos e níveis de articulação que eles estabelecem entre diferentes atividades e sua localização no território. O estudo também se pautou na compreensão de que a urbanização do Estado incorpora e sustenta as transformações da economia.

Fazendo uso da leitura individualizada e comparativa dos indicadores, foram analisadas as características da estrutura econômica, da dinâmica demográfica, da rede urbana paranaense e das condições sociais da população, definindo assim, recortes espaciais diferentes a partir da identificação de características de maior homogeneidade. No estudo foram identificadas as potencialidades econômicas e institucionais de determinados setores e regiões, assim como os desafios sociais e sua vinculação territorial. Foi espacializada a diversidade territorial paranaense, salientando suas características econômicas, sociais e institucionais.

A linha metodológica adotada pelo Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC, 2006) possui certa peculiaridade, uma vez que esse estudo trabalha, diferentemente dos demais, com a escala metropolitana e, fundamentalmente, com enfoque no Núcleo Urbano Central da RMC. Incorpora, nas etapas de leitura/análise e proposição, aspectos físico-territoriais, ambientais e legais específicos da região, constituindo, assim, um detalhamento e aproximação do território metropolitano, possibilitado pela redução da escala de trabalho.

Dessa forma, a linha metodológica adotada pelo PDI partiu do entendimento de que a organização da ocupação no espaço metropolitano constitui a materialização das condições e transformações sociais, econômicas e institucionais da RMC, ao mesmo tempo em que é condicionada por características e restrições físicas, bióticas e legais, e por melhores condições de acessibilidade. Tal linha pode ser resumida basicamente por:

- i) Condicionantes à Ocupação – abordagem que tratou das condicionantes físicas e bióticas, através dos aspetos naturais do território: declividades, geologia, remanescentes florestais (que restringem ou possibilitam a ocupação do território); das condicionantes legais, a partir da abordagem dos aspectos referentes às legislações federais, estaduais e municipais que regulam o uso e ocupação do solo; e do sistema viário/logística, através da determinação dos diferentes graus de acessibilidade para as atividades urbanas de modo geral e a produção industrial de forma específica.
- ii) Demandas por Áreas – abordagem que tratou da determinação das áreas necessárias à ocupação urbana futura a partir do espaço a ser demandado pela população projetada para a região, com foco no NUC, onde estão previstos os maiores incrementos populacionais. Tratou de buscar respostas basicamente a dois questionamentos: (a) o aumento populacional projetado acarreta a necessidade de áreas adicionais para expansão urbana, além das atualmente previstas pelos zoneamentos existentes? (b) em caso afirmativo, qual seria a quantidade de área necessária a essa expansão?

Dentro das Condicionantes à Ocupação, foi dada ênfase às condicionantes de acessibilidade, subdivididas em acessibilidade às atividades urbanas de modo geral, e acessibilidade logístico-industrial.

Da análise dos estudos básicos e específicos, constata-se que nas classificações propostas para a rede urbana há uma correspondência entre as escalas quanto à natureza de cada classe, o que permite comparações. Constata-se ainda que as categorias superiores dessas classificações distinguem espaços de natureza metropolitana e não-metropolitana. Cabe anotar que apenas a classificação do Regic inclui todos os municípios do Brasil.

Para ilustrar essa correspondência, tomam-se as classificações resultantes do estudo do IPEA (2002), do Regic 2007, e agrega-se a elas uma terceira classificação, realizada no âmbito do Observatório das Metrôpoles, em 2005 (RIBEIRO, 2009) para os 37 grandes espaços urbanos brasileiros (regiões metropolitanas institucionalizadas – RMs; regiões integradas de desenvolvimento – RIDEs; capitais de estado e suas aglomerações), reunindo um conjunto de 471 municípios. A importância de se trazer essa classificação para análise deve-se a que a mesma traz uma preocupação mais apurada em se distinguir funções que apontem a natureza metropolitana e não-metropolitana desses espaços, e revela a impropriedade do uso da expressão região metropolitana para institucionalizar aglomerações urbanas sem características que assim as qualifiquem.

Embora os critérios de identificação e classificação empregados nesses estudos tenham diferenças de corte dos patamares mínimos, a base de indicadores é bastante comum. Foram considerados: tamanho da população, crescimento, densidade, ocupação predominante, movimento pendular (quando disponível) e, num dos casos, as ligações

telefônicas com o município central. Indicadores de ordem econômica e social agregaram-se a esses, servindo de parâmetro para a classificação das cidades centrais na rede urbana brasileira. Além de indicadores econômicos e sociais, como subsídio à classificação dos centros, teve papel de destaque o estudo Regiões de Influência das Cidades (IBGE, 2000).

O quadro comparativo dessas três classificações aponta correspondência entre as classes estabelecidas (quadro 1).

A classificação do IPEA/IBGE/UNICAMP-NESUR (IPEA, 2002) trabalhou dados da década de 1990 em dois níveis: i) de municípios com população superior a 100 mil habitantes urbanos, para a classificação na escala da rede urbana, englobando nessa classificação um conjunto de 111 municípios; e ii) de todo o conjunto de municípios, para a identificação de aglomerações urbanas.

QUADRO 1 - CORRESPONDÊNCIA ENTRE HIERARQUIA DE CENTROS DA REDE URBANA DO BRASIL

REGIC 2007	OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES/ MINISTÉRIO DAS CIDADES 2005 ⁽¹⁾	IPEA/IBGE/ UNICAMP-NESUR 2002
Grande Metrópole Nacional	Classe 1	Metrópole Global
Metrópole Nacional	Classe 2	Metrópole Nacional
Metrópole	Classes 3 e 4	Metrópole Regional
Capital Regional A	Classe 5	Centro Regional
Capital Regional B	Classe 6	Centro Sub-regional 1
Capital Regional C		Centro Sub-regional 2
Centro Sub-regional A		
Centro Sub-regional B		
Centro de Zona A		
Centro de Zona B		
Centros Locais		

FONTES: IBGE (2008); RIBEIRO (2009); IPEA (2002)

Extraído de: IPARDES (2009)

(1) Considera como de natureza metropolitana as unidades classificadas de 1 a 4; as classes 5 e 6 são consideradas não-metropolitanas.

Em relação à classificação do Observatório das Metrópoles/ Ministério das Cidades (RIBEIRO, 2009), é importante ressaltar que o entendimento de centralidade abarca não apenas uma mera representação de um posicionamento físico central ou da elevada concentração de pessoas ou riqueza sobre um ponto, em relação à sua área de abrangência espacial, mas compreende também centralidade como espaço de convergência da complexidade e diversidade de funções e do mercado de trabalho. Dentre as centralidades, destacam-se aquelas com perfil metropolitano, que somam à essas características o desempenho do papel de comando e coordenação em relação à rede urbana, assim como a concentração de perícia, conhecimento e serviços avançados, a oferta de bens e serviços mais raros, o poder de direção, na localização de sedes de grandes corporações, e o exercício de gestão pública. Informações dessa ordem foram incorporadas, mais tarde, na classificação do Regic 2007.

As classificações propostas nos estudos básicos apontaram as mesmas centralidades dos espaços definidos no estudo específico Os Vários Paranás, que adotou metodologia do Observatório das Metrôpoles (RIBEIRO, 2009), como as mais importantes da rede urbana paranaense. Nestes estudos, a RMC confirmou-se como a área de maior concentração no Paraná e a única de natureza metropolitana; o Norte Central paranaense aparece como um conjunto urbano de forte dinamicidade e nítidas relações extraestaduais; o Oeste passou a conjugar as aglomerações polarizadas por Cascavel e por Foz do Iguaçu – esta, manifestando-se como uma espacialidade complexa internacional, desenvolvendo estreitas relações com as cidades vizinhas de Puerto Iguazú, na Argentina, e Ciudad del Este, no Paraguai. Ponta Grossa demonstra evidências de que tende a aglomerar-se, particularmente no vetor Carambeí/Castro, e os balneários da faixa litorânea reproduzem fenômeno perceptível nacionalmente, articulando em uma ocupação contínua municípios entre aqueles com as maiores taxas de crescimento do Estado.

Estas centralidades foram identificadas nas classes superiores dos estudos do Regic 2007 (IBGE, 2008), pela abrangência da área de sua influência, no que se refere à oferta de serviços de maior complexidade; no estudo IPEA/IBGE/UNICAMP-NESUR (IPEA, 2002); e também no estudo Os Vários Paranás (IPARDES, 2005), pelo desempenho de indicadores econômicos, sociais, financeiros e institucionais, assim como pela realização de serviços e funções de nível superior. Todas essas classificações destacaram Curitiba em relação aos demais centros paranaenses (quadro 2).

QUADRO 2 - CLASSIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS CENTRALIDADES DO PARANÁ

MUNICÍPIO	IPARDES 2005	REGIC 2007	IPEA 2002
Curitiba	Metrópole	Metrópole	Metrópole Regional
Maringá	Centro categoria 1	Capital Regional B	Centro Sub-regional 1
Londrina	Centro categoria 1	Capital Regional B	Centro Regional
Foz do Iguaçu	Centro categoria 1	Centro Sub-regional A	Centro Sub-regional 2
Ponta Grossa	Centro categoria 2	Capital Regional C	Centro Sub-regional 3
Cascavel	Centro categoria 2	Capital Regional B	Centro Sub-regional
Guarapuava	Centro categoria 2	Centro Sub-regional A	Centro Sub-regional 3
Apucarana	Centro categoria 2	Centro Sub-regional A	-
Arapongas	Centro categoria 2		-
Toledo	Centro categoria 2	Centro Sub-regional A	-
Paranaguá	Centro categoria 2	Centro Sub-regional A	Centro Sub-regional 3
Paranavaí	Patamar intermediário	Centro Sub-regional A	-
Pato Branco	Patamar intermediário	Centro Sub-regional A	-
Umuarama	Patamar intermediário	Centro Sub-regional A	-
Campo Mourão	Patamar intermediário	Centro Sub-regional A	-
Francisco Beltrão	Patamar intermediário	Centro Sub-regional A	-
União da Vitória	Patamar intermediário	Centro Sub-regional B	-
Cianorte	Patamar intermediário	Centro Sub-regional B	-
Cornélio Procopio	Patamar intermediário		-
Medianeira	Patamar intermediário	Centro de Zona	-
Rolândia	Patamar intermediário	Centro Sub-regional	-
Castro	Patamar intermediário	Centro de Zona	-
Telêmaco Borba	Patamar intermediário	Centro de zona	-

FONTES: IPARDES, IBGE, IPEA/IBGE/UNICAMP-NESUR

Ao longo do tempo, a rede urbana paranaense, assim como a sulina, passa por maior concentração no destino dos fluxos por atividades de maior complexidade, para um número menor de centros em classes superiores, constituindo polos mais nítidos. Verifica-se rarefação de centralidades com nível intermediário e maior número de centros com níveis de centralidade superior, demonstrando certa seletividade na qualificação urbana dos lugares com tendência concentradora.

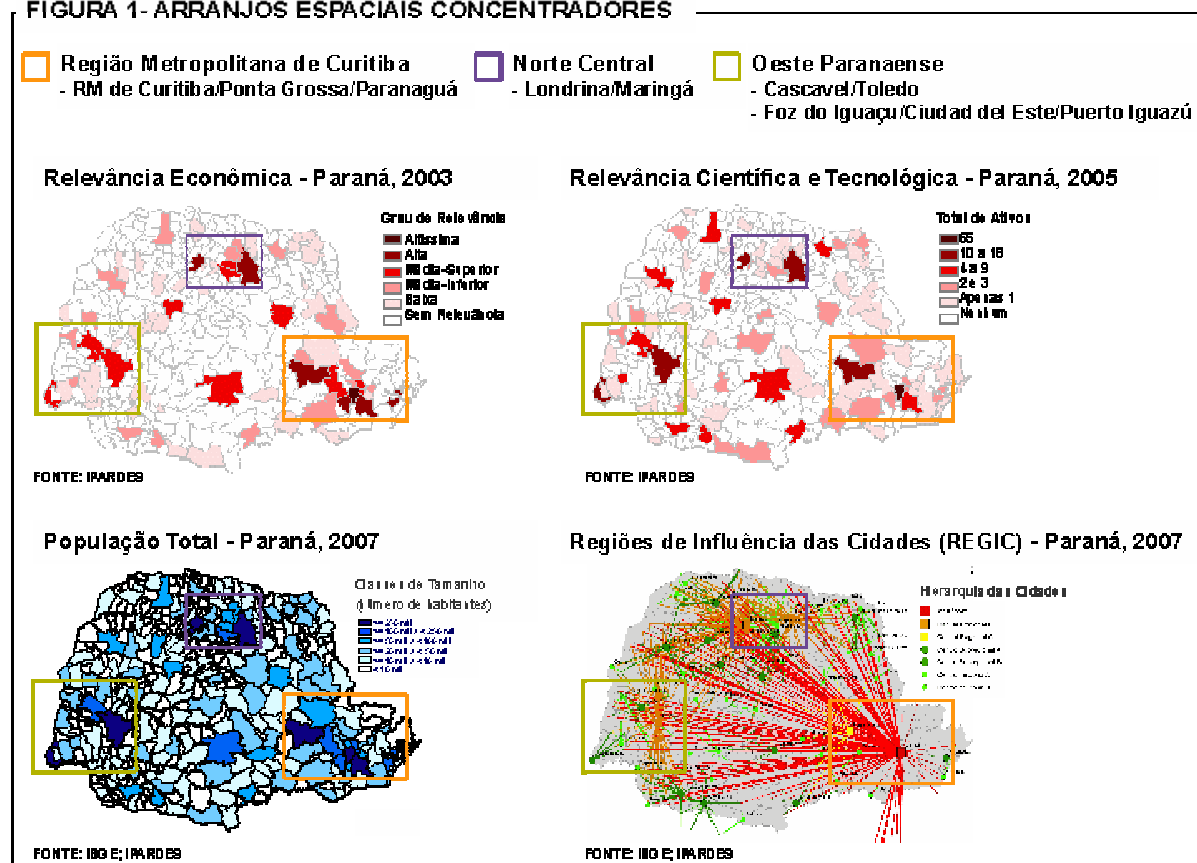
Essa mobilidade de posições guarda estreita relação com os arranjos na distribuição da população e da matriz produtiva, em face da reestruturação econômica desencadeada na região após 1970. A dinâmica constatada aponta para a importância crescente assumida pelas espacialidades de concentração em território sulino, já que a quase totalidade dos centros que galgaram posições superiores ou se mantiveram em posições de destaque, na escala comparativa, está associada a aglomerações urbanas de caráter metropolitano ou não-metropolitano, a aglomerações descontínuas, a eixos articulados e/ou aos centros isolados com papel relevante na hierarquia da rede urbana regional (IPARDES, 2000). Ao mesmo tempo, revela-se a seletividade promovida por essas espacialidades, já que concentram, em um número relativamente restrito de municípios, as funções de maior complexidade.

2 ANÁLISE DA DINÂMICA URBANO-REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ

A organização do território do Paraná associa-se a um processo de ocupação diferenciado e recente, no qual a estruturação das principais centralidades resultou, cada uma em seu tempo, na inserção do Estado na divisão social do trabalho. Esta inserção é também diferenciada e marcadamente apoiada em ações governamentais de ocupação do território, em grande parte via companhias de colonização. Nesse processo, as regiões norte, noroeste, oeste e sudoeste do Estado receberam entre as décadas de 1940 a 1960 um contingente populacional três vezes superior ao existente no Paraná no início do período, o que o caracterizou como um Estado absorvedor de população. Com as mudanças ocorridas nas décadas seguintes, particularmente na base produtiva, diante da inserção do Estado na economia internacional, esse intenso aporte populacional irá contribuir no êxodo rural e na concentração urbana, determinados a partir dessas mudanças.

O movimento das atividades econômicas, as ações governamentais (fundamentalmente pautadas em planos e políticas de desenvolvimento) e a redistribuição da população no território paranaense definiram num curto espaço de tempo arranjos espaciais concentradores que, a partir de poucas cidades, se constituíram nos principais elos da rede urbana regional (figura 1).

FIGURA 1- ARRANJOS ESPACIAIS CONCENTRADORES



Com forte articulação espacial das atividades econômicas, tais arranjos caracterizam-se como áreas densamente urbanizadas, polarizadas pelas principais centralidades do Estado. Apresentam indicadores de elevado crescimento populacional; concentração da riqueza, medida na produção industrial, no comércio, nos serviços e no emprego gerado; densa rede de ativos científicos e tecnológicos e de infraestrutura; intrincados fluxos de pessoas e mercadorias; assim como ocupações e usos composito, em alguns casos, manchas contínuas sobre mais de um município.

As dinâmicas territoriais que operam na produção desses espaços de concentração resultam das lógicas do capital, em sua busca de condições vantajosas para reprodução e acumulação, favorecidas pela atuação do Estado a partir da formulação de políticas e adoção de estratégias de desenvolvimento, tendo nas cidades o seu elemento estruturador.

Cabe salientar que os espaços identificados em Os Vários Paranás não guardam relação direta com nenhuma das regionalizações administrativas adotadas pelos órgãos e secretarias setoriais do Estado, até porque não era esse o objetivo do trabalho. Seus resultados, entretanto, ofereceram ao governo do Estado os fundamentos para a definição dos Planos Regionais de Desenvolvimento Estratégico – PRDE (PARANÁ, 2006), no âmbito da Política Estadual de Desenvolvimento Regional, implementada pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano. Diferentemente do proposto em Os Vários Paranás, os PRDEs incorporam, na região denominada Centro Expandido, as espacialidades socialmente críticas (região central do Estado) e partes das porções Noroeste e Norte Pioneiro (figura 2), ampliando territorialmente a espacialidade foco de maior atenção pelo Estado em suas estratégias de inclusão social e econômica.

FIGURA 2 - RECORTES ESPACIAIS

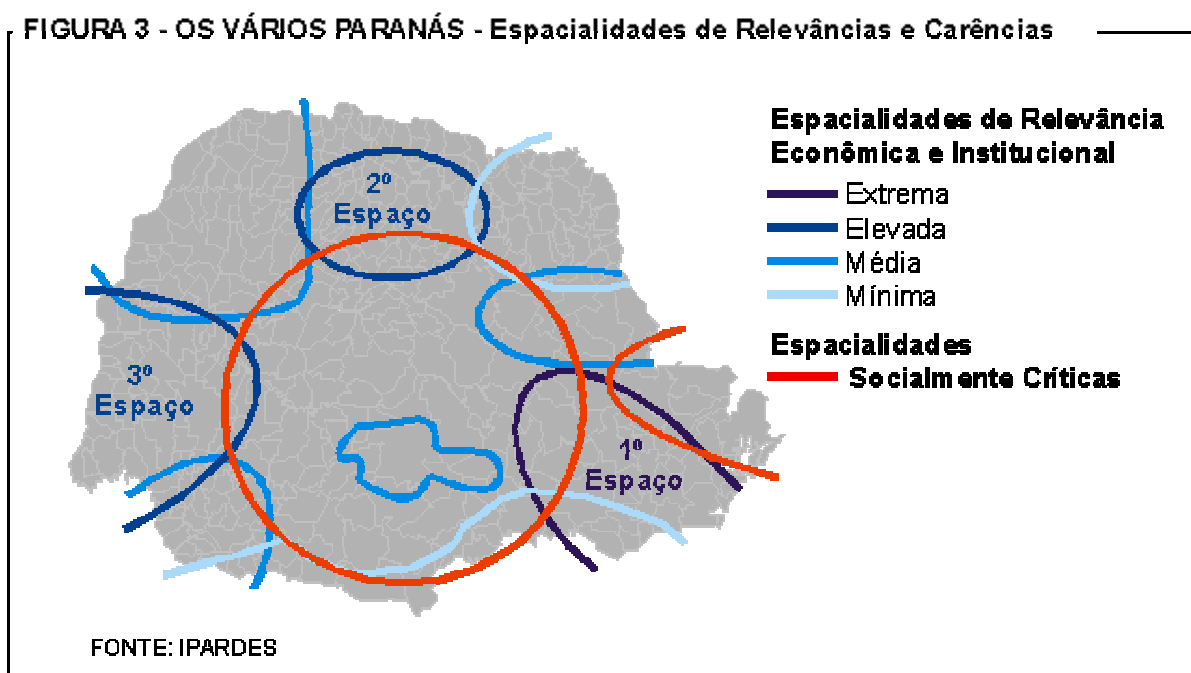


A Secretaria de Estado do Planejamento, em sua Política de Desenvolvimento do Estado (PDE), também tomou por base os resultados de Os Vários Paranás. Para implementação da PDE, o Estado foi dividido em seis regiões de planejamento, que resultaram em uma combinação dos recortes definidos em Os Vários Paranás e PRDE (ver figura 2). Essa combinação fica evidente ao se observar a extensão da região denominada Centro Expandido, que neste caso não englobou a porção Noroeste, como em Os Vários Paranás, mas incorporou a porção Norte Pioneiro, como no PRDE. No que se refere às demais espacialidades, não há diferenças entre a PDE e o PRDE.

2.1 NOVOS POLOS, NOVAS ÁREAS DINÂMICAS E PROCESSOS ECONÔMICOS

O estudo Os Vários Paranás (IPARDES, 2005 e 2006a) identifica, caracteriza e ordena os arranjos espaciais pela relevância econômica e institucional. O principal arranjo espacial, que comanda a rede urbana estadual e extrapola regionalmente essa influência, é o configurado pela aglomeração metropolitana de Curitiba, que se articula espacialmente à aglomeração urbana descontínua de Ponta Grossa e à ocupação contínua litorânea paranaense, esta tendo Paranaguá como principal centralidade. Por suas características morfológicas, decorrentes dos fluxos econômicos e sociais, e pelo grau de relevância numa

escala de recortes espaciais que incluem todos os municípios do Paraná, esse arranjo é chamado “1.º espaço relevante”⁹ (figura 3).



O 1.º espaço é o único arranjo com natureza urbano-regional no Estado do Paraná. Entre outras espacialidades apontadas, sobressaem-se dois arranjos singulares – hierarquizados com base na ordem de relevância –, que compartilham com Curitiba tanto a influência sobre regiões do Estado, participando cada qual com suas especificidades, quanto a inserção paranaense na divisão social do trabalho. Deles, o segundo arranjo em relevância econômica e institucional situa-se na porção Norte Central paranaense, articulando as aglomerações urbanas de Londrina e de Maringá, assim como importantes centralidades localizadas entre elas. O terceiro arranjo, ou 3º espaço relevante, é composto por um eixo de integração espacial que desenha um vetor da aglomeração urbana de Cascavel/Toledo em direção a Marechal Cândido Rondon e Guaíra, e à aglomeração transfronteiriça de Foz do Iguaçu – esta, configurando mancha de ocupação em continuidade com Santa Terezinha de Itaipu, Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazú (Argentina) (IPARDES, 2008). Cada um desses espaços relevantes tem como polo articulador uma ou mais aglomerações urbanas.

Com vistas a compreender os condicionantes dessa organização, buscou-se na história recente da ocupação do território elementos explicativos para a dinâmica da concentração, valendo-se de dados mais atualizados, organizados em séries temporais que

⁹ A ideia de espaço econômico relevante foi tomada de Diniz e Crocco (1996), que a usaram na identificação das aglomerações industriais relevantes.

captam o momento da reestruturação produtiva e inserção do Paraná nos novos circuitos da divisão internacional do trabalho. Ao mesmo tempo, foram aprofundadas as análises da dinâmica de fluxos entre municípios, seja de pessoas para trabalho e estudo, sejam os movidos pela oferta e demanda por funções urbanas, para identificar as aglomerações e as relações inter-aglomerações, a partir dos fluxos e dos adensamentos desses movimentos.

Os resultados não só confirmaram o grau de importância dos três arranjos identificados, como reiteraram a dinâmica concentradora que lhes deu origem, com poucas perspectivas de ser revertida no âmbito do modelo econômico vigente, uma vez que a economia desses arranjos é conduzida por atividades fundamentalmente ligadas aos circuitos mais modernos de produção.

Nos anos recentes, o Paraná vem se mantendo com uma participação em torno de 6% do PIB total do Brasil. Exceto em 2005 e 2006, quando apontou variação real percentual bem abaixo da do Brasil, nos demais períodos apresentou um desempenho próximo ou superior, chegando em 2008 a uma variação de 6% ao ano, enquanto a do Brasil situou-se em 5,1% ao ano (tabela 1).

TABELA 1 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E BRASIL A PREÇOS CORRENTES - 2002-2008

ANO	PARTICIPAÇÃO PR/BR (%)	VARIÇÃO REAL ANUAL (%)	
		Paraná	Brasil
2002	5,98	-	-
2003	6,44	4,47	1,15
2004	6,31	5,02	5,71
2005	5,90	-0,01	3,16
2006	5,77	2,01	3,97
2007	6,07	6,76	6,09
2008	6,12	6,00	5,10

FONTE: IBGE/IPARDES - Contas Regionais do Brasil

NOTA: Nova metodologia, referência 2002.

Poucos são os municípios que contribuem mais significativamente na composição do PIB paranaense. Em 2005, apenas 12 municípios tiveram participação superior a 1% (tabela 2), a qual atingia 60% do PIB paranaense. Curitiba, com a maior participação entre os 399 municípios do Estado, respondia por 23,5% do PIB nesse ano. Na ordem das maiores participações, encontravam-se ainda Araucária (5,6%) e São José dos Pinhais (5,4%), assim como por Pinhais, no aglomerado metropolitano, além de Ponta Grossa e Paranaguá, consolidando-se o arranjo urbano-regional de Curitiba como o espaço de maior concentração do PIB no Paraná. No interior do Estado, as principais centralidades respondem pelas participações mais expressivas, como Londrina e Maringá, do 2.º espaço relevante; Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo, do 3.º espaço relevante; e Guarapuava, da porção central do Paraná.

TABELA 2 - MUNICÍPIOS COM PARTICIPAÇÃO MAIOR QUE 1% NO TOTAL DO PIB DO PARANÁ

ORDEM	MUNICÍPIO	% NO PIB TOTAL DO PARANÁ
1	Curitiba	23,55
2	Araucária	5,55
3	São José dos Pinhais	5,37
4	Londrina	4,91
5	Foz do Iguaçu	3,83
6	Maringá	3,63
7	Ponta Grossa	3,15
8	Paranaguá	3,14
9	Cascavel	2,30
10	Guarapuava	1,51
11	Toledo	1,23
12	Pinhais	1,19
	Total (part. > 1%)	59,35
	Demais municípios do Paraná	40,65

FONTE: IBGE

Além do PIB, outros indicadores foram fundamentais para identificar os graus de relevância dos espaços, como o valor adicionado fiscal (VAF), emprego formal, ocupação e produção agropecuária, infraestrutura científico-tecnológica, infraestrutura viária e principais centralidades urbanas. Uma superposição das informações temáticas espacializadas demarcou tais espaços, pela conjunção dos indicadores de melhor participação e melhor desempenho econômico-social no conjunto, concentração de ativos institucionais e a evolução na posição central na rede de cidades.

Tendo como corte a participação do município no total do Estado igual e/ou superior a 0,25%, essa matriz mostrou o grau de concentração presente na geração da riqueza do VAF estadual. O VAF dos Serviços, em 2003, apresentou maior concentração, com apenas 24 municípios com participação superior a 0,25%; entre eles, somente Curitiba e Paranaguá respondem por 63,17% do total do Estado (desconsiderando os serviços públicos, que acentuam ainda mais esse perfil). A segunda maior concentração é registrada no VAF da Indústria, para o mesmo ano, no qual Araucária, Curitiba e São José dos Pinhais somam 50% do total. As empresas entre as 300 maiores do Estado estão presentes num conjunto comparativamente menos concentrado de 68 municípios (tabela 3). No entanto, enquanto em 36 deles há apenas uma empresa, em Curitiba encontram-se 69.

TABELA 3 - INDICADORES E CLASSES DE RELEVÂNCIA ECONÔMICA - MUNICÍPIOS DO PARANÁ

INDICADOR	MUN. QUE SOMAM 50% E MAIS DO TOTAL DO INDICADOR	MUN. COM PARTICIPAÇÃO $\geq 0,25\%$ A $< 1,00\%$	MUN. COM PARTICIPAÇÃO $\geq 1,00\%$	TOTAL MUN. RELEVANTES (Part. $\geq 0,25\%$)
Faturamento empresas 2002	7	31	15	46
Número de empresas 2002	4	56	12	68
Emprego formal 2003	6	37	15	52
VAF Total 2003	5	33	15	48
VAF Indústria 2003	3	29	14	43
VAF Serviços 2003	2	16	8	24

FONTES: SEFA, RAIS

NOTA: Informações trabalhadas pelo IPARDES.

Entre os indicadores contemplados na análise dos ativos institucionais, foram selecionados os referentes à presença da infraestrutura técnico-científica (tabela 4). Os mesmos confirmaram a concentração espacial, dando ainda maior conteúdo à relevância de determinados espaços (ver figura 1).

TABELA 4 - INDICADORES DA DISTRIBUIÇÃO DA INFRAESTRUTURA TÉCNICO-CIENTÍFICA -MUNICÍPIOS DO PARANÁ - 2005

INFRAESTRUTURA	MUN. COM MAIS DE UMA INFRAESTRUTURA	MUN. COM APENAS UMA INFRAESTRUTURA	MUN. SEM INFRAESTRUTURA	TOTAL MUN. COM ALGUMA INFRAESTRUTURA
Parque tecnológico	0	5	394	5
Incubadora	3	10	386	13
Instituições e fundações de pesquisa	5	31	363	36
Instituição de ensino superior	31	47	321	78

FONTE: SETI

NOTA: Informações trabalhadas pelo IPARDES.

Em cada espacialidade foram identificados um ou mais municípios, considerados centrais à rede de cidades do Estado, interconectados entre si pelo sistema viário principal. Tal sistema, relativamente, apresenta as melhores condições do Paraná em termos de trafegabilidade e garante os fluxos da atividade econômica, servindo de estrutura física para a sustentação da dinâmica desse conjunto privilegiado de municípios.

A conjunção da relevância econômica, da densidade técnico-científica e do papel de lugar central na rede de cidades, apoiado na presença do sistema rodoviário como suporte físico para as interconexões, define o espaço de concentração e densificação, apropriando-se do conceito de Santos e Silveira (2001). Esse espaço concentrado e denso reúne, assim, as espacialidades polarizadas pelas principais centralidades do Paraná, assumindo diferentes graus de relevância (ver figura 1).

Em situação extrema, 282 municípios não registraram indicadores classificados entre os mais expressivos, sendo considerados como de baixíssima relevância. Contudo, é importante ressaltar que, mesmo nessa condição, eles ou parte deles estão interligados de

alguma forma à dinâmica econômica dos espaços delimitados a partir dos municípios que obtiveram melhor desempenho nos indicadores econômicos e institucionais trabalhados neste estudo.

Cabe destacar que o arranjo urbano-regional de Curitiba – o espaço mais “concentrado e denso” – está situado nos vetores do que Diniz (1991) compreende como uma “aglomeração poligonal”; ou seja, no polígono da desconcentração, iniciada nos anos 70, cujos vértices circunscrevem-se a Belo Horizonte, Uberlândia, Maringá, Porto Alegre, Florianópolis e São José dos Campos, incorporando espaços equipados e ricos em externalidades. No Paraná, tal movimento de desconcentração nacional encontra, nos anos 90, uma aglomeração metropolitana já consolidada e qualificada às exigências do capital, tendo incorporado à sua base industrial metalmeccânica montadoras estrangeiras, supridores diretos e tendo expandido os segmentos já instalados, reforçando ainda mais a concentração percebida desde os anos 70. Nessa trajetória crescente, o entorno imediato da metrópole, considerando-se apenas municípios com participação superior a 0,25% no total do VAF da indústria do Estado, passa a responder, em 2005, por 62,6% da renda industrial estadual. Na mesma trajetória, municípios do entorno mais distante também obtiveram incremento na atividade.

Segundo Lemos *et al.* (2005), entre as 15 “aglomerações industriais existentes e significativas” (AEIs) que identificam no Brasil, encontra-se a polarizada por Curitiba, que engloba um conjunto de municípios do entorno próximo e mais distante da metrópole, transcende os limites político-administrativos do Estado e se une a um amplo conjunto de municípios de Santa Catarina, incluindo Joinville e entorno.

Outros indicadores selecionados (quadro 3) ilustram quão elevada é a concentração econômica e institucional no arranjo urbano-regional de Curitiba¹⁰ e ressaltam sua relevância no conjunto do Paraná.

A supremacia do arranjo urbano-regional de Curitiba não significa que, para seu desempenho, não contribuam as demais espacialidades do Estado, com papéis mais especializados, que fizeram com que o Paraná tenha se incorporado à divisão nacional e internacional do trabalho de modo gradativo e diverso, envolvendo de forma desigual a totalidade de seu território e de sua população. Pelo contrário, atuam tanto os demais espaços relevantes quanto os municípios e microrregiões que se interpenetram ou se avizinham, sem demonstrar maior integração à dinâmica principal do arranjo. Cada um, a seu modo, compõe o mesmo processo, contribuindo, sem lograr benefícios, para a efetivação do desenvolvimento desigual.

¹⁰ Embora o arranjo urbano-regional de Curitiba não tenha limites rígidos, mesmo porque é um arranjo em constante movimento, para efeitos da composição desse quadro-síntese, foram considerados os municípios da mesorregião metropolitana de Curitiba, exceto municípios do Vale do Ribeira e Guaraqueçaba, assim como da aglomeração Ponta Grossa/Castro/Carambeí.

QUADRO 3 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO ARRANJO URBANO-REGIONAL DE CURITIBA SOBRE O TOTAL DO PARANÁ, SEGUNDO INDICADORES SELECIONADOS

INDICADOR	TOTAL DO ARRANJO/TOTAL DO ESTADO (%)
População total 2007	37,14
Pendulares - saída total 2000	51,92
Pendulares - entrada total 2000	57,82
VAF total 2005	64,58
VAF indústria 2005	70,54
VAF serviços 2005	71,91
Emprego formal total 2005	47,41
Emprego formal indústria 2005	37,43
Emprego formal serviços 2005	56,09
Estabelecimentos entre os 300 maiores	67,00
Faturamento entre os 300 maiores	77,87
Maiores empresas do brasil	55,42
Agências de bancos	16,32
Ativos financeiros	74,50
Domínios internet	66,81
Ativos (Incubadora Tecnológica, IES, Parque Tecnológico e Instituição de Pesquisa)	37,02

FONTES: IBGE, SEFA, RAIS, IPARDES

2.2 ÁREAS ESTAGNADAS

Paradoxalmente, os três espaços de maior relevância econômica e institucional concentram também os maiores volumes de pessoas pobres, de déficits e carências domiciliares, numa clara evidência da incapacidade de resposta às demandas sociais por parte do modelo econômico vigente e das políticas públicas voltadas a suprir essas carências. Conjuntamente, os três principais espaços do Paraná registram 65% do déficit habitacional do Estado, 52% das pessoas pobres e 59% dos domicílios considerados deficientes (quadro 4). Nesses espaços, as contradições são explícitas e os extremos da relevância e da carência convivem em proximidade, mesmo que as proporções em relação ao total dos municípios diluam aparentemente a gravidade do problema.

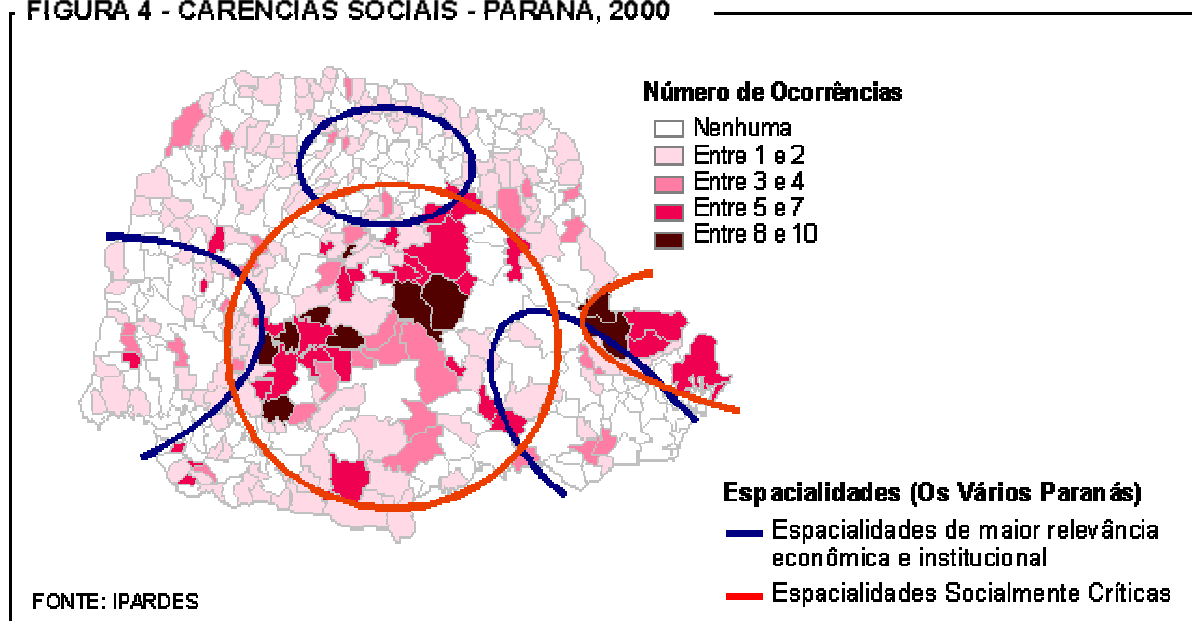
QUADRO 4 - DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA DA POBREZA

INDICADORES SOCIAIS	1.º ESPAÇO	2.º ESPAÇO	3.º ESPAÇO	SOMA DOS 3 ESPAÇOS	ESPAÇOS SOCIALMENTE CRÍTICOS	TOTAL DO ESTADO
Déficit Habitacional Absoluto	56.310	33.248	20.292	109.850	23.478	169.227
% sobre o total do Estado	33	20	12	65	14	
Nº de Domicílios Deficientes	118.304	215.085	154.697	488.086	115.835	820.767
% sobre o total do Estado	14	26	19	59	14	
Nº de Domicílios Carentes	114.266	45.061	54.643	213.970	137.855	494.958
% sobre o total do Estado	23	9	11	43	28	
Nº de Pobres	155.915	85.506	70.986	312.407	130.461	589.420
% sobre o total do Estado	26	14	12	52	23	
População Total	3.481.004	1.758.697	1.140.315	6.380.016	1.339.096	9.563.458
% sobre o total do Estado	36	18	12	66	14	

FONTES: IBGE, IPARDES

Outros municípios do Estado apresentam as mesmas carências, em números absolutos menores, porém generalizadas em seus territórios, com forte impacto na gestão municipal, correspondendo aos espaços “socialmente críticos” (figura 4). Os municípios que apresentaram maior número de ocorrências de indicadores de carência social formam uma mancha bastante concentrada no Vale do Ribeira, em sua porção paranaense, que se estende em direção ao aglomerado metropolitano, histórica no que concerne a isolamento, pobreza e dependência. Os demais municípios, com elevada incidência entre os mais críticos, fazem parte da mancha contínua na porção central do Estado, que se alonga no sentido Norte Pioneiro/Centro-Sul, aproximando-se e contornando a porção sul de Cascavel, reunindo ainda um grande número de municípios com no mínimo uma ocorrência entre os 10% mais críticos do conjunto de indicadores analisados. Em sua maioria, tendem a exercer atividades tradicionais e possuem acesso mais dificultado às infraestruturas disponíveis, o que pode ser entendido como um vetor de estagnação, que guarda relação direta com um cenário de estagnação/exclusão econômica, decorrente da opção centralizadora do modelo econômico e da atuação do Estado, enquanto promotor deste modelo.

FIGURA 4 - CARÊNCIAS SOCIAIS - PARANÁ, 2000



Observa-se que os municípios com as maiores incidências entre os mais críticos apresentam elevadas proporções de ocupação na agropecuária e no setor público. Em sua grande maioria, são municípios rurais, localizados em áreas com menor potencial para uso agrícola da terra e baixo crescimento populacional. Alerta-se para o fato de que a leitura das proporções de privação e carência é insuficiente para mapear a situação de precariedade no Estado, já que a localização dos maiores volumes de pessoas pobres, desatendidas e dos domicílios carentes ocorre em municípios dinâmicos, porém sem capacidade de oferecer ocupação em níveis compatíveis com a população residente.

2.3 TENDÊNCIAS DE DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO

Localizado na fronteira agrícola nacional, o Paraná teve um salto na população de pouco mais de 2,1 milhões de habitantes, em 1950, para quase 7 milhões em 1970, com taxas geométricas de crescimento anuais próximas e/ou superiores a 5% ao ano. Em 1960, segundo dados do Censo Demográfico do IBGE, o Paraná possuía uma população de 4,3 milhões de habitantes, sendo que mais de 70% residia no meio rural; já, em 1970, contava com 6,9 milhões, com igual predomínio da população rural. A partir de então sofreu grande influxo, declinando a taxas de aproximadamente 1% ao ano. O grau de urbanização do Estado manteve uma elevação acentuada, passando de 36,1%, em 1970, para 84% em 2007.

Nesse período, o Paraná perde participação em relação ao total da população brasileira, declinando de 7,3%, em 1970, para 5,6% em 2007. Internamente ao Estado, alguns municípios, atualmente os mais populosos, elevam sua participação no total da população. É o caso de Curitiba, que em 1970 participava com 8,8% do total da população paranaense e, em 2007, supera a ordem dos 17%. Londrina e Maringá também ampliam a margem de participação, chegando, em 2007, com respectivamente 4,8% e 3,2%. Esses três municípios concentram mais de um quarto da população do Estado do Paraná (tabela 5).

TABELA 5 - POPULAÇÃO RESIDENTE E PARTICIPAÇÃO (%) NO TOTAL DA POPULAÇÃO - BRASIL, PARANÁ E MUNICÍPIOS MAIS POPULOSOS - 1970, 1980, 1991, 2000 E 2007

LOCAL DE RESIDÊNCIA	1970	1980	1991	2000	2007
Brasil	94.508.583	121.150.573	146.825.475	169.799.170	183.987.291
Paraná	6.929.868	7.629.392	8.448.713	9.563.458	10.284.503
Curitiba	609.026	1.024.975	1.315.035	1.587.315	1.797.408
Londrina	228.101	301.711	390.100	447.065	497.833
Maringá	121.374	168.239	240.292	288.653	325.968
Total 3 maiores municípios	958.501	1.494.925	1.945.427	2.323.033	2.621.209
Demais municípios do Paraná	5.971.367	6.134.467	6.503.286	7.240.425	7.663.294
Participação percentual					
Paraná/Brasil	7,33	6,30	5,75	5,63	5,59
Curitiba/Paraná	8,79	13,43	15,56	16,60	17,48
Londrina/Paraná	3,29	3,95	4,62	4,67	4,84
Maringá/Paraná	1,75	2,21	2,84	3,02	3,17
Total 3 maiores municípios	13,83	19,59	23,03	24,29	25,49
Demais municípios do Paraná	86,17	80,41	76,97	75,71	74,51

FONTE: IBGE, Censo Demográfico (1970, 1980, 1991 e 2000) e Contagem da População (2007)

A recuperação da dinâmica de crescimento populacional do Estado, pós-anos 70, contraria a inflexão pela qual passam seus municípios mais populosos. Curitiba, Londrina e Maringá vêm apresentando quedas nas taxas geométricas anuais, enquanto os demais municípios do Paraná, em conjunto, apresentam pequenos acréscimos (tabela 6).

TABELA 6 - TAXAS GEOMÉTRICAS ANUAIS MÉDIAS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO - BRASIL, PARANÁ E MUNICÍPIOS MAIS POPULOSOS - 1970-80, 1980-91, 1991-00, 2000-07

LOCAL DE RESIDÊNCIA	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2007
Brasil	2,51	1,76	1,63	1,15
Paraná	0,97	0,93	1,39	1,10
Curitiba	5,34	2,29	2,13	1,88
Londrina	2,84	2,36	1,78	1,63
Maringá	3,32	3,29	2,08	1,84
Demais municípios do Paraná	0,27	0,53	1,20	0,81

FONTE: IBGE, Censo Demográfico (1970, 1980, 1991 e 2000) e Contagem da População (2007)

Para compreender tais dinâmicas, há que se voltar a alguns fatos históricos. A partir de meados de 1970, com a crise do café, fortemente influenciada pela geada de 1975, e com a intensificação/modernização do plantio de *commodities* no Estado desencadeou-se um processo veloz de alteração na distribuição populacional em território paranaense. A mecanização da base agroprodutiva induziu um êxodo rural com destino aos centros urbanos emergentes, destacadamente para a capital do Estado – data dessa época a criação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC). A presença governamental deu sustentação à dinâmica do capital e, juntas, desencadearam processos socioespaciais que transformaram o perfil do Paraná, de um Estado rural para eminentemente urbano. Como no Brasil, a população também cresceu e se urbanizou em ritmo intenso, tendo como marco da transição a reestruturação produtiva, que provocou mudanças gerando o esvaziamento de amplas áreas rurais e o destino migratório para os centros urbanos.

No passar dessas décadas, a diversidade funcional reforçou a importância regional de alguns centros situados ao longo das principais rodovias, desenhando uma rede de cidades relativamente distribuída, estruturada nos polos regionais (MOURA e MAGALHÃES, 1996). Com o crescimento elevado e a expansão física desses centros, essa rede passou a se articular a partir de aglomerações e, conseqüentemente, adquiriu maior complexidade (MOURA, 2004). Mesmo com a ampliação e densificação da rede urbana, Curitiba consolidou-se como a metrópole paranaense, compondo, em sua aglomeração, um conjunto de municípios nos quais se concentram população, riqueza e conhecimento.

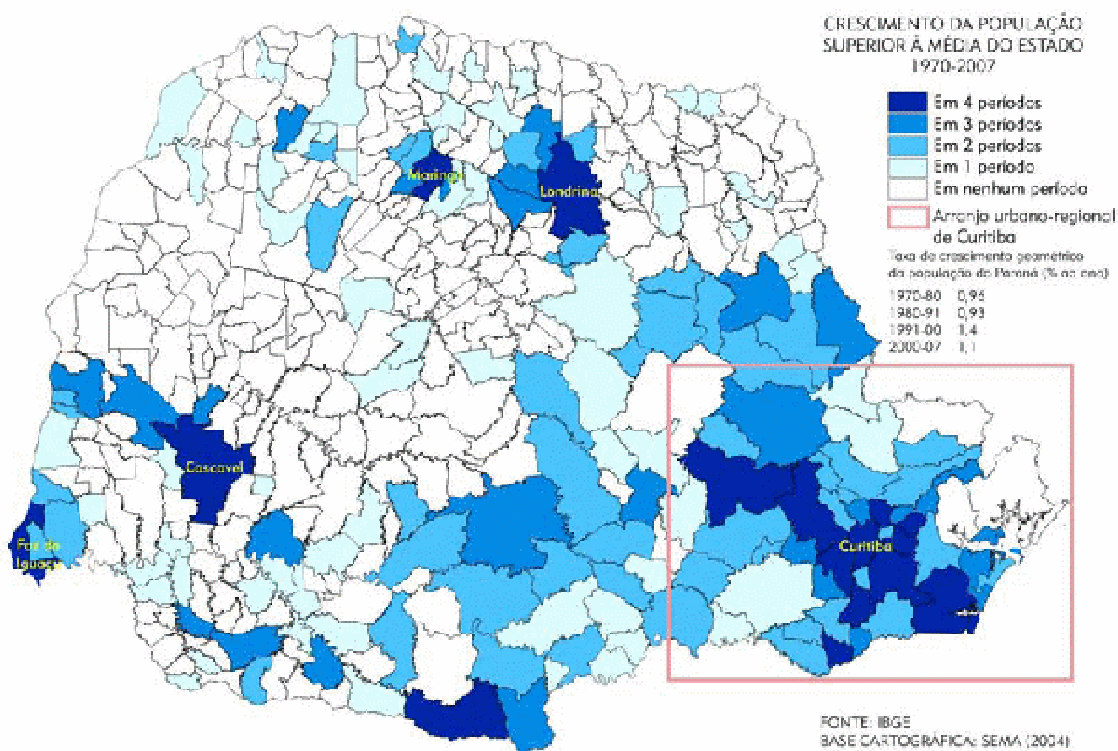
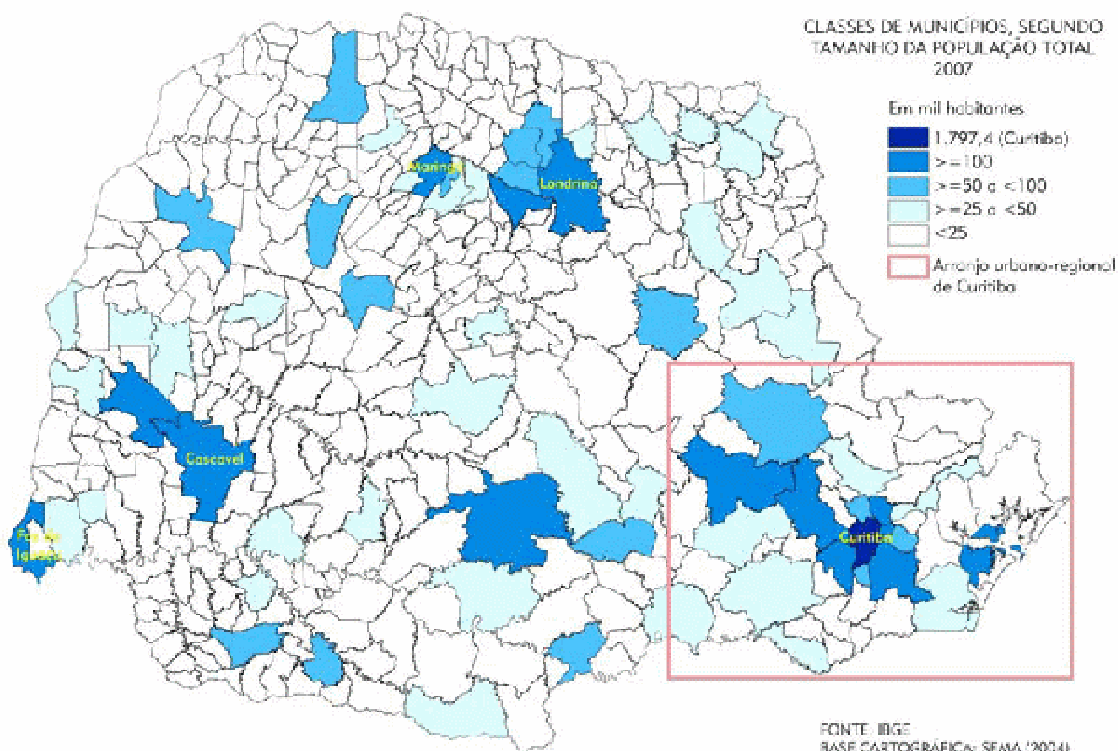
Na história desse processo, em 1950, Curitiba era o único município paranaense que contava com mais de 50 mil habitantes em sua área urbana, e essa população correspondia a pouco mais de 8% da população urbana do Estado. Em 1970, cinco municípios (Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Paranaguá) passaram a ter população urbana superior a 50 mil habitantes e a concentrar 40,5% da população urbana. Nos anos 80, Paranaguá manifestou declínio populacional, cedendo posição a outros centros regionais, como Foz do Iguaçu, Cascavel, Guarapuava e mesmo a municípios do entorno de Curitiba, como São José dos Pinhais e Colombo, que superaram os 50 mil

habitantes urbanos. Esse conjunto agregou novos municípios numa composição que incluiu alguns centros isolados e os situados nos limites político-administrativos dos principais polos urbanos paranaenses. Em 2007, são 28 municípios com mais de 50 mil habitantes, concentrando 65,6% da população urbana do Paraná. Assim, foram reforçadas as aglomerações, pela expansão de seus contornos físicos, e demarcada a rede de centros regionais do Estado.

Cabe anotar que, nos últimos sete anos, diminuiu o ritmo do crescimento anual da população total do Paraná, de 1,4% a.a., como se dava entre 1991 e 2000, para 1,1% a.a. entre 2000 e 2007, e que o incremento populacional do Estado também arrefeceu de uma média de 123,8 mil habitantes/ano, para 103 mil, respectivamente, nesses períodos. Os municípios com mais de 100 mil habitantes situados no entorno imediato de Curitiba e em seu entorno mais distante, incluindo Ponta Grossa, Castro e Paranaguá, concentram 32,8% da população total do Paraná, atestando o peso do arranjo urbano-regional de Curitiba; outros 12,3% concentram-se em municípios desse mesmo porte situados entre Londrina e Maringá; 6,9% em Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu. Estes se mostram os espaços mais concentradores do Estado e consolidam os três polos preconizados pela Política de Desenvolvimento Urbano do Estado do Paraná, de 1972. Agregando a esse cálculo os municípios com mais de 25 mil habitantes, não só a concentração aumenta como é possível mapear manchas contínuas expandidas, com elevado volume populacional (MOURA, 2009) – (figura 5).

O incremento de 721.045 novos habitantes no Paraná, entre 2000 e 2007, particularmente se distribuiu entre Curitiba (210 mil) e municípios vizinhos, como São José dos Pinhais (59,3 mil), Colombo (50,6 mil), Araucária (15,7 mil), Campo Largo (12,7 mil) e Fazenda Rio Grande (12,1 mil), assim como Ponta Grossa (32,7 mil); distribuiu-se também entre Foz do Iguaçu (52,8 mil), Cascavel (40,4 mil) e Toledo (11,7 mil), e entre Londrina (50,8 mil), Maringá (37,3 mil) e Arapongas (11,2 mil) – todos integrantes dos três arranjos mais concentradores. Esses 13 municípios, os únicos que absorveram contingentes superiores a 10 mil novos moradores, totalizam 82,8% do total do incremento do Paraná no período.

FIGURA 5 – DISTRIBUIÇÃO E CRESCIMENTO POPULACIONAL - PARANÁ, 2007



A análise da distribuição da população nos municípios paranaenses e da dinâmica recente de seu crescimento é reveladora dos focos concentradores e de seus vetores de expansão no território. Há um conjunto de municípios, com tamanho de população superior a 50 mil habitantes, que não só concentra elevada parcela do contingente populacional do Estado como mantém padrões de crescimento anual da população com taxas acima da média (em alguns casos acima do dobro da média) da taxa de crescimento do Paraná desde os anos 70. É o caso de Curitiba e entorno imediato, considerando Araucária, Campo Largo, Colombo, São José dos Pinhais, Quatro Barras, Piraquara e Mandirituba, assim como Pinhais e Fazenda Rio Grande, desmembrados dos dois anteriores nos anos 90; e, em seu entorno mais distante, Ponta Grossa, Piên e Guaratuba; caso também de Londrina e Maringá, no Norte Central, e Cascavel e Foz do Iguaçu, no Oeste do Estado. Além destes, Palmas, na fronteira com Santa Catarina, singulariza-se por manter-se em uma dinâmica contínua de crescimento elevado.

A permanência do elevado crescimento populacional em Curitiba e entorno imediato, e nos polos dos outros dois arranjos espaciais, desde os anos 70 até os anos recentes, confirma a crítica de Santos (1993) à propalada desmetropolização no Brasil. Como antecipa o autor, os dados mostram que não só a aglomeração metropolitana se adensou como, no lastro da metropolização, outras aglomerações urbanas se consolidaram no Paraná.

Sem negar que as aglomerações se fortalecem, alguns municípios de porte populacional superior a 50 mil habitantes apresentam sinais de perda do dinamismo de crescimento, passando de um padrão superior a um padrão inferior à taxa de crescimento do Estado. Isto ocorre em Almirante Tamandaré, no entorno imediato da metrópole, e Paranaguá e Castro, no entorno metropolitano mais distante; em Apucarana e Cambé, no Norte Central; e em outros municípios distantes das aglomerações principais, como Guarapuava, Pato Branco, Campo Mourão, Irati, Paranaíba, Telêmaco Borba, Umuarama e União da Vitória. Esse fenômeno alerta para duas situações. A primeira é que alguns municípios das periferias das aglomerações superam a fase do auge do crescimento e se estabilizam, seja pela falta de oferta de ocupação que evoque atração ou justifique a permanência, seja pela valorização do solo mediado pelo mercado de terras, que deixa de ser atrativo à população de menor renda. A segunda é que não se confirma a retórica sobre as cidades de médio porte como novos focos de crescimento populacional, ao menos no Paraná, salvo quando se situam no entorno das aglomerações urbanas. Há que se considerar, entretanto, que, apesar de não registrarem um crescimento populacional significativo, esses municípios mantêm a capacidade de reter sua população e muitos deles permanecem no mapa das principais centralidades do Estado ao longo de décadas, pela relevância de seu papel como centros de oferta de serviços de funções de maior complexidade.

2.4 A REDE DE CIDADES

A dinâmica populacional descrita faz com que Curitiba e entorno se projetem como a principal centralidade regional. O estudo Região de Influência das Cidades (IBGE, 2008) destaca Curitiba e sua Área de Concentração de População, integrada por Curitiba e 13 municípios de seu entorno, como a única “Metrópole” do Estado.

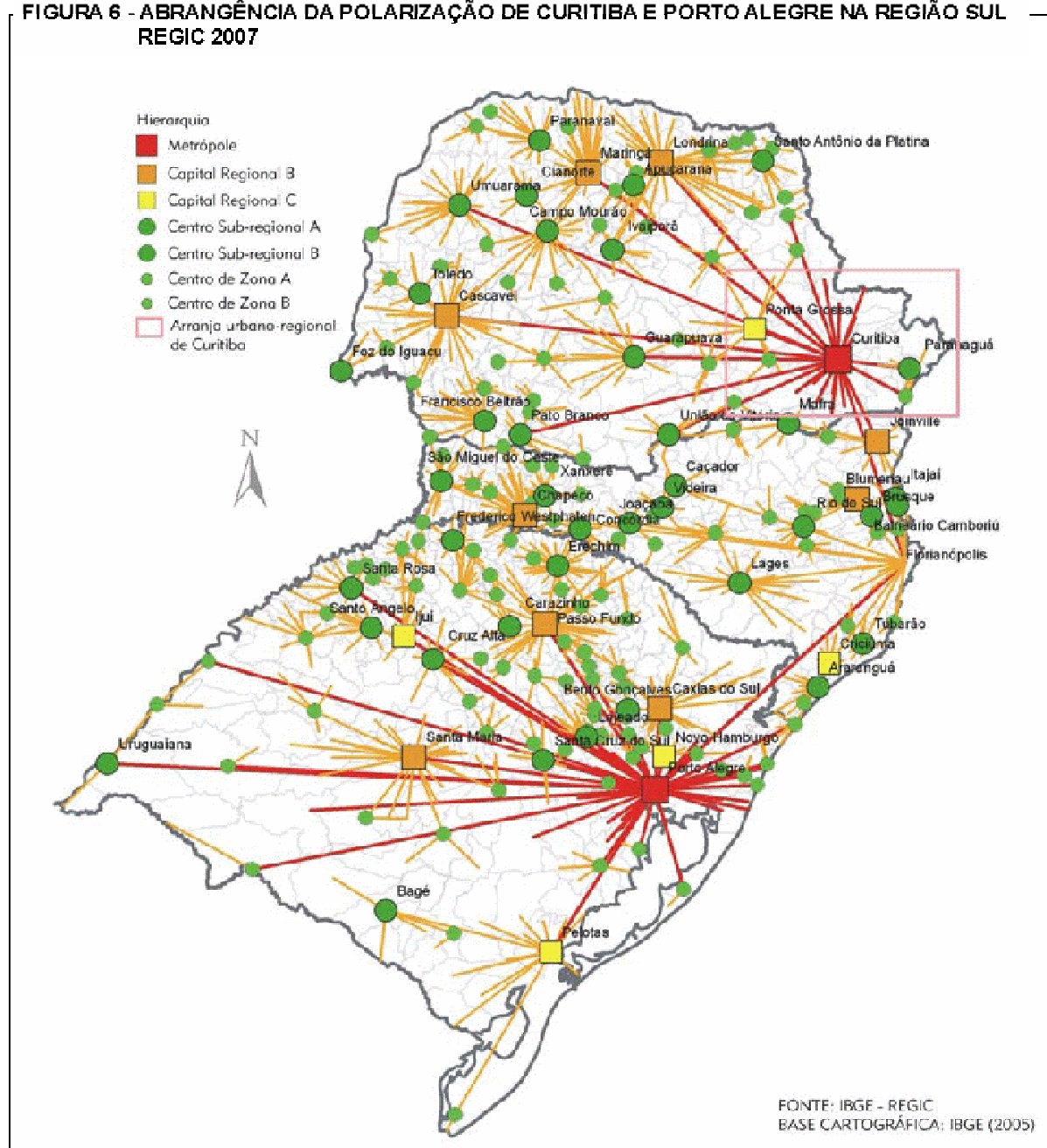
Na sequência hierárquica da rede urbana do Paraná, conforme os estudos das Regiões de Influência das Cidades, do IBGE (1972; 1987; 2000; 2008a), em 1966, apareciam Londrina e Ponta Grossa, como Centros Regionais A, e Maringá e Pato Branco, como Centros Regionais B. Destaca-se o importante papel desempenhado por Ponta Grossa e Pato Branco nessa época, e sua significativa modificação, comparativamente a 2007, cada qual por suas especificidades. A classificação recente posiciona Ponta Grossa como Capital Regional C, tendo em posições superiores Londrina, Maringá e Cascavel (Capitais Regionais B). Pato Branco mantém-se como Capital Regional na pesquisa de 1978, mas na atual é classificado como Centro Sub-regional A (IPARDES, 2009).

Considerando os níveis superiores da hierarquia de 2007, tem-se que municípios do Oeste do Estado ascenderam na classificação. Cascavel assume o mesmo nível de centralidade das ACPs de Londrina e de Maringá, numa trajetória que inicia como Centro Sub-regional A, em 1966, Capital Regional, em 1978, e nível Forte, em 1993 (nível de centralidade que corresponderia em 2007 à Capital Regional C). Toledo também eleva sua posição no período e Foz do Iguaçu mantém-se no nível compatível à pesquisa anterior, ambos classificando-se como Centro Sub-regional A (4.º nível na escala do Estado do Paraná).

No Norte Central, Londrina, que se distinguia isoladamente como segundo nível de centralidade nas pesquisas de 1966 (Centro Regional A) e de 1978 (Centro Submetropolitano), equipara-se a Maringá, classificando-se com nível Muito Forte em 1993. Maringá, na pesquisa de 1978, posicionava-se no mesmo nível que outros sete municípios paranaenses, como Capital Regional, tendo sido o único a ascender ao nível Muito Forte na pesquisa seguinte. Apucarana, como Centro Sub-regional A, mantém-se em classificações compatíveis ao longo do período. Desses sete municípios, além de Cascavel e Ponta Grossa, que passam na classificação da pesquisa seguinte ao nível Forte, os demais ficam na classificação abaixo, Forte para Médio, mantendo-se todos na pesquisa atual como Centros Sub-regionais A. Ponta Grossa não consegue acompanhar a trajetória de Cascavel, certamente sob influência da proximidade com a metrópole. Também sob essa influência, porém de modo inverso, Paranaguá, que anteriormente se mantinha em classificações de final da hierarquia, galga agora o nível de Centro Sub-regional A. A importância das classes desses centros reforça a centralidade da ACP metropolitana de Curitiba e confirma a relevância do arranjo urbano-regional no âmbito do conjunto do Estado.

Além de sua extensão estadual, com base em IBGE (2008), a abrangência da polarização da ACP de Curitiba comparte com a ACP de Porto Alegre o comando da rede urbana da Região Sul, transcendendo o Estado de Santa Catarina e inserindo em sua rede as áreas de abrangência das principais centralidades catarinenses (figura 6).

FIGURA 6 - ABRANGÊNCIA DA POLARIZAÇÃO DE CURITIBA E PORTO ALEGRE NA REGIÃO SUL REGIC 2007



Muito mais que a concentração e o crescimento populacional, este é um dos principais elementos que difere o arranjo urbano-regional polarizado por Curitiba dos dois outros arranjos paranaenses. A extensão de sua polarização, abrangendo todo o território do Estado, incluindo as áreas de influência dos arranjos do Norte Central e do Oeste, e a transcendência para territórios de estados vizinhos, particularmente Santa Catarina, consolidam sua centralidade regional e agregam elementos que justificam a dimensão urbano-regional dessa polarização.

3 CONSOLIDAÇÃO E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS ATORES PÚBLICOS E PRIVADOS

3.1 CONSOLIDAÇÃO E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS REALIZADAS

3.1.1 Atores institucionais públicos

No âmbito do setor público, foram entrevistados representantes do primeiro escalão das Secretarias de Estado da Saúde, da Educação e do Desenvolvimento Urbano, e o chefe do Escritório do IBGE em Curitiba.

Os dois primeiros atores entrevistados, representantes dos setores de saúde e educação, apresentam uma similaridade que os distingue dos demais com vinculação à esfera estadual, qual seja, a sua inserção dentro de um universo que transpassa a estrutura administrativa estadual, abrangendo as três esferas de governo, numa relação hierárquica, que limita e delimita seu campo de atuação.

Em face de diretrizes estabelecidas de forma vertical (do topo em direção à base), e um conjunto de prerrogativas, normas e leis que disciplinam a abrangência de suas atuações, esses atores seguem um roteiro que lhes atribui papel coadjuvante e complementar numa lógica que transcende as relações com o território imediato. Tal hierarquia guarda relação direta com a alocação de equipamentos e sua funcionalidade, que para ser viabilizada depende de transferências financeiras, igualmente verticalizadas. Em duas palavras: autonomia condicionada.

No que se refere aos atores vinculados ao desenvolvimento urbano, o processo de planejamento da alocação regional de equipamentos públicos complexos se dá pautado pela Política Estadual de Desenvolvimento Urbano (PDU), que orienta as ações do Estado no que se refere ao regional e ao que compete a essa instância no nível municipal – caso substancialmente ligado ao acompanhamento dado à formulação dos Planos Diretores Municipais, que no caso do Paraná são obrigatórios em todos os municípios.

Os Planos Regionais de Desenvolvimento Estratégico (PRDE), decorrentes da PDU, assim como a Política de Desenvolvimento Estadual (PDE), todos pautados nas análises de Os Vários Paranas (IPARDES, 2005), constituem a base que orienta a ação governamental. Segundo a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, a grande estratégia adotada pelo governo é conter os movimentos migratórios, atraídos pelas oportunidades dos grandes centros, em detrimento dos pequenos, evitar o esvaziamento do interior do Estado e romper com a ideia de “vários Paranas”, buscando a construção de “um único Paraná, mais homogêneo”.

A alocação de equipamentos públicos, que anteriormente obedecia a sistemática de financiamentos diretos aos municípios, atualmente vem sendo regida por programas. As regiões e as linhas prioritárias seguem as prioridades regionais e programáticas do governo.

Quanto ao IBGE, também ficou notório seu papel perante as três instâncias governamentais. Representando o governo federal, o escritório local mantém diálogo aberto com o Estado, fundamentalmente pela pesquisa e oferta de informações, e com os municípios – a entrevista revela um profundo conhecimento, por parte da equipe do Escritório do IBGE de Curitiba, sobre as características e peculiaridades dos municípios paranaenses e seus limites com outras UFs. Além das relações com o setor público, também ficou salientada a prestação de serviços à iniciativa privada no Estado.

3.1.2 Atores institucionais privados

No caso do setor privado, a entrevista foi realizada com representantes do setor de transporte coletivo, sendo um entrevistado ligado ao segmento sindical e outro à empresa de comercialização de veículos para transporte de massa. Ao serem perguntados se teriam interesse em utilizar os resultados de uma pesquisa sobre a hierarquia urbana para ter auxílio nas decisões de alocação dos equipamentos (pergunta 8), um dos entrevistados respondeu:

Como o setor é fortemente atrelado ao poder concedente (à URBS, no caso de Curitiba), a demanda vem basicamente pronta do setor público, o que permite concluir que um estudo sobre a hierarquia urbana do estado atenderia demandas do setor público, ou seja, interessaria ao concedente.

Tal resposta sugere que o Estado, a despeito do discurso sobre sua insignificância em prol do livre mercado, é quem orienta a atuação da iniciativa privada no que se refere ao setor de transporte. Outro dirigente do setor argumentou que a organização do território não é considerada quando da alocação de investimentos.

Como o ente regulador do transporte intermunicipal é o setor público, uma pesquisa sobre a hierarquia urbana do estado serviria basicamente como uma ferramenta para o desenvolvimento de um plano de transporte estadual.

Afirmou ainda desconhecer os estudos sobre a rede urbana do Brasil, e completa:

Existe grande parceria (relação histórica) entre as empresas e os municípios, por isso, as informações utilizadas para iniciar investimentos no setor ou ajustar determinados aspectos constituem basicamente as informações sobre a infraestrutura da cidade. Por exemplo, as ruas de uma cidade, se muito estreitas, exigem um determinado modelo de ônibus, mais compacto.

Em resumo, considerando a diminuta sondagem junto a esses segmentos, não-governamental e iniciativa privada, o comprometimento das instâncias governamentais (principalmente as municipais) constitui o eixo fundamental na aplicabilidade dos resultados da pesquisa.

3.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Mesmo tendo sido respondido afirmativamente quanto ao conhecimento dos estudos existentes sobre a rede urbana do Brasil e sobre sua aplicabilidade, nem todos os agentes demonstraram com efetividade esse conhecimento. Isso implica criar mecanismos, técnicos e não-técnicos, de divulgação da pesquisa e seus resultados, de forma a alcançar interlocutores da sociedade e das instâncias públicas e privadas de planejamento.

Além dessa constatação mais geral, uma avaliação das entrevistas realizadas aponta a necessidade da adoção de outras estratégias na pretendida execução do estudo sobre a rede urbana do Brasil, em 2010, de modo a potencializar o seu uso, enquanto critério de alocação de serviços e investimentos por parte dos atores públicos e privados:

- dar ampla publicidade do estudo (divulgação, desde os momentos de sua elaboração, sobre o potencial de uso dos resultados);
- garantir um comprometimento entre a pesquisa e a utilização dos seus resultados (mobilizar potenciais usuários);
- criar mecanismos de articulação e consulta aos agentes envolvidos visando mobilizar potenciais usuários;
- consultar os potenciais usuários, quando da elaboração da metodologia (buscar atender mais especificamente determinadas demandas);
- obter aderência metodológica em relação às necessidades e expectativas dos potenciais usuários e realizar discussão prévia sobre a aplicabilidade dos resultados (criação de um ambiente de expectativa quanto à realização da pesquisa e seus resultados);
- divulgar as pesquisas anteriores, dado o desconhecimento constatado, criando espaços para retomar os resultados dos estudos básicos e dos específicos;
- realizar parcerias que extrapolem a esfera acadêmica e os órgãos da gestão pública;
- articular potenciais usuários, por meio de suas entidades organizadas.

4 PROPOSTAS PARA A FUTURA PESQUISA (ATUALIZAÇÃO DA REDE URBANA DO BRASIL)

As discussões e reflexões feitas nesta primeira fase da pesquisa permitiram a formulação de propostas sobre questões que merecem ser detidamente consideradas.

Uma etapa preliminar da pesquisa futura deverá prever uma discussão em rede sobre os objetivos e o alcance que se pretende com os resultados desta pesquisa. Com base nos relatos colhidos junto aos dirigentes públicos e privados acerca da utilização dos estudos da dinâmica e hierarquia da rede urbana, poderá ser definido para quem e para quem servirão estes estudos, considerando a possibilidade de melhor apropriação dos mesmos pelas instâncias municipal e estadual, bem como a maior articulação com a sociedade, ampliando, assim, sua importância e significado. Para tanto, o estudo futuro deverá caracterizar a rede urbana do Brasil em perspectiva multiescalar e transescalar, de forma a subsidiar políticas públicas transversais às três esferas de governo.

Nesse sentido, a utilização de recortes mais regionalizados, seja no âmbito intra ou interestadual, permitirá a identificação de municípios relevantes nas dinâmicas estaduais, incorporando, assim, as especificidades presentes nos espaços locais e regionais. Além dos indicadores utilizados no estudo do IPEA (2002), outros poderiam ser incorporados, contemplando novas dimensões – investimentos previstos, estrutura fundiária, meio ambiente, C&T, indicadores socioculturais e institucionais – como também a necessidade de levantar informações sobre os fluxos de pessoas, mercadorias e serviços, intra e interestaduals/regiões.

Sendo assim, em uma perspectiva regional, especificamente em relação à Região Sul, a proposta da equipe do IPARDES é de que alguns estudos prioritários devam ser considerados na pesquisa futura, abordando os seguintes aspectos:

- Aprofundamento do estudo do Regic para a Região Sul: análise das conexões entre os centros a partir dos temas abordados no Regic 2007. Estas análises se tornam importantes na medida em que são fundamentais para o planejamento estatal e para as decisões quanto à localização dos investimentos em atividades econômicas de produção, consumo privado e coletivo, e implantação de serviços (públicos e privados) em bases territoriais. São importantes também por gerarem o conhecimento quanto às relações sociais vigentes e os padrões espaciais que delas emergem, compondo um quadro de referência na avaliação das condições de acesso da população aos serviços, conforme aponta o próprio Regic.
- Detalhamento da análise dos movimentos pendulares da Região Sul, tomando como ponto de partida estudos realizados pelo IPARDES/Observatório das

Metrópoles e pela UFPR, assim como outros estudos de movimento pendular realizados para os três estados da Região. As análises seriam focadas na relação entre os movimentos pendulares da Região Sul e do Brasil; na análise individual de cada Estado (com base nos trabalhos já realizados) e nas relações interestaduais; e nos movimentos intra-aglomerações, considerando os principais espaços urbanos, nesse caso, com ênfase ao perfil sociodemográfico da população que realiza movimento pendular.

- Análise da dimensão ambiental, com enfoque na pressão do crescimento econômico/populacional sobre áreas urbanizadas, e sua expansão sobre áreas de preservação, de mananciais, de proteção (parques), entre outras, assim como áreas ambientalmente vulneráveis, particularmente nas centralidades das categorias superiores da rede urbana, considerando suas aglomerações. Esse estudo exigiria consolidar a articulação com o INPE, por demandar uma leitura evolutiva do uso e ocupação do solo que tome como base imagens de satélite, sobre as quais se sobreponham informações institucionais, legais e naturais.
- Análise da dimensão social, abordando a pressão exercida por novas e mais complexas demandas sociais nas áreas mais adensadas das centralidades superiores da rede urbana; mapeando as áreas socialmente vulneráveis; sobrepondo-as às áreas ambientalmente frágeis, numa perspectiva socioambiental (grupos mais carentes habitando áreas de risco), utilizando como ferramenta imagens de satélite.
- Estudo das aglomerações e das cidades da faixa de fronteira da Região Sul, assim como do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, para o que é fundamental compartilhar conhecimento e articular ações conjuntas.

Para o desenvolvimento dessa etapa, serão utilizados como referências estudos já desenvolvidos sobre os temas propostos, valendo-se, por um lado, de sua orientação metodológica e, por outro, de sua base de dados, que deve ser atualizada com os resultados do Censo Demográfico vindouro, o que garantirá análises comparativas temporal e territorialmente.

Algumas ações necessitam ser implementadas para a realização das proposições acima, sendo as principais:

- Articulação com instituições do Rio Grande do Sul – tais como Fundação de Economia e Estatística (FEE), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) – e com instituições de Santa Catarina, como a Universidade de Blumenau (FURB), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade do Contestado (UNC); com Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs) e Fórum das Cidades de Fronteira. No

Paraná as instituições parceiras seriam as Universidades Estaduais (UNIOESTE, UEM, UEL), a Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA) e a Universidade da Fronteira, cuja atuação abrange os três estados do Sul. Também o Parque Tecnológico de Itaipu, localizado em Foz do Iguaçu, no Oeste do Estado, poderá ser um importante parceiro, contribuindo para uma maior aproximação com os países que fazem fronteira com essa região.

- Promoção de encontros dessas instituições para disseminar os objetivos e o programa de trabalho, ampliando a adesão à rede, debatendo conceitos, teorias, propostas e tendências, e enfatizando a necessidade de participação articulada das instituições da região.
- Reorganização/atualização das bases de dados existentes e realização de levantamentos necessários à efetivação das propostas.

5 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

ATIVIDADES	1.º SEMESTRE	2.º SEMESTRE
Articulação com instituições do PR, RS e SC		
Encontro das instituições no IPARDES		
Definição de novas pesquisas		
Reorganização das bases de dados		

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Relatório II, ora encaminhado, não representa o fechamento de um trabalho, nem a consolidação de uma pesquisa. Encerra uma etapa de balizamento da equipe quanto ao uso de conceitos, indicadores, metodologias, e de consolidação do núcleo de coordenação dos trabalhos, dadas as inúmeras mudanças sofridas no decorrer das atividades. Promove um salto de maturidade técnica que capacita para a continuidade da pesquisa, desta feita, integrando regionalmente as análises com mais efetividade, direcionando novos levantamentos e colocando em debate conceitos, categorias e escalas de análise.

Salienta-se, entre os pontos positivos do trabalho, a organização em rede de uma equipe de pesquisadores envolvidos com a temática urbana e as atividades articuladas a partir de roteiros básicos. Essa sistemática contribui para que as análises dos diversos estados se estruturam similarmente, embora haja particularidades que transpassam tais roteiros. Tais particularidades, então captadas pelas equipes locais e absorvidas no trabalho, são o diferencial de excelência desse tipo de estudo em rede, em relação a estudos centralizados.

As discussões que levaram à sua finalização deixaram evidente que o seminário A Rede Urbana em Debate, realizado em Curitiba, como atividade da rede, foi fundamental para que aflorassem debates, esclarecimentos, o sentido da importância do trabalho articulado e a necessária aproximação das equipes dos estados, ampliando significativamente as visões e trocas de experiências a partir da explicitação das realidades estaduais. O encontro representou um momento de reflexão sobre novas e velhas temáticas, de redefinição de procedimentos e de proposição de rumos, formatos e tempos para a pesquisa que sucede.

Os resultados das entrevistas com atores dos setores governamental, não-governamental e iniciativa privada demonstraram a importância de clarificar para a sociedade, e mesmo para os quadros do setor público, os significados e benefícios que um estudo sobre a rede urbana oferece ao planejamento e gestão. Essa importância não deve estar restrita à divulgação apenas de resultados, mas de todos os principais procedimentos na realização do trabalho.

No que concerne especificamente às atividades de pesquisa desenvolvidas pela equipe do Paraná, alguns avanços podem ser apontados, bem como algumas limitações.

Entre os avanços, destaca-se a tentativa de inserção da temática urbana na agenda de atividades contínuas do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais, da Diretoria de Pesquisa do IPARDES, com o direcionamento de técnicos à conformação de equipe multidisciplinar no trato da pesquisa. Participar de estudos em rede já é uma tradição do

IPARDES, como no caso do estudo Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil (IPEA, 2002) e do estudo Análise das RMs do Brasil, na rede Observatório das Metrôpoles, atendendo à demanda do Ministério das Cidades (RIBEIRO, 2009). Isso fez com que não só os trabalhos recomendados como estudos básicos à análise da dinâmica urbana dos estados viessem auxiliar as análises sobre o Paraná, como, ao revés, o IPARDES, com o conhecimento amadurecido sobre a dinâmica urbana regional, efetivamente contribuísse na realização dos estudos recomendados.

Outro ponto relevante situa-se na possibilidade de absorção (pelo governo, empresas e universidades) dos resultados do trabalho. Estudos localizados, como o realizado pelo IPEA para a Região Sul, em 2000, ou o mais recente, Os Vários Paraná, de 2005, mostram a importância de sua realização, muitas vezes negligenciada pelo desmonte das estruturas estaduais governamentais de pesquisa. Vale observar que as pesquisas acadêmicas têm distinta natureza, e que as universidades não preenchem as lacunas abertas com tal desmonte. Mas a união das esferas de pesquisa governamental e acadêmica é imprescindível para romper tais intermitências.

As perspectivas abertas pelo trabalho – seja pela temática seja pela atuação em rede, seja ainda por sua contribuição à sociedade – e a ampliação e enriquecimento do conhecimento adquirido pelo IPARDES, mais uma vez encontrado nesta atividade em rede, são merecedoras de louvor. Entretanto, cabe à coordenação nacional e às coordenações locais ampliarem esforços para a concretização e motivação das equipes regionais, sem as quais os resultados positivos acima apontados se esvairão. Só assim as atividades propostas e previstas permitirão que se proceda à análise da dinâmica urbana dos estados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI. **Estudo da dimensão territorial para o planejamento**: v. III. Regiões de referência. Brasília, MP/SPI, 2008, 146 p.

CHRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1996.

COMEC. Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. **Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba**: propostas de ordenamento territorial e novo arranjo institucional. Curitiba: COMEC, 2006.

COMEC. **Plano Integrado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba: COMEC, 1978.

DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. (1996). Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. **Nova economia**. Belo Horizonte: UFMG/FACE/DCE, v.6, n.1, p.77-103, jul. 1996.

DINIZ, C.C. A nova configuração urbano-industrial no Brasil. Encontro Nacional de Economia, 27, v.2. **Anais...** Belém: Anpec, 1999.

DINIZ, C.C. **Dinâmica regional da indústria no Brasil**: início de desconcentração, risco de reconcentração. Tese (Titulação) UFMG. Belo Horizonte, 1991.

IBGE. **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas**. Rio de Janeiro: IBGE/DEGEO, 1972.

IBGE. **Regiões de influência das cidades 1993**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE. **Regiões de Influência das Cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IBGE. **Regiões de Influência das Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

IPARDES. **Atlas das necessidades habitacionais no Paraná**. Curitiba, 2004. 98p. Convênio Cohapar.

IPARDES. **Comentários sobre os resultados do REGIC 2007**. Curitiba, IparDES, 2009, 34p.

IPARDES. **Leituras regionais**: mesorregiões geográficas paranaenses. Curitiba: 2004. 1 CD-Rom.

IPARDES. **Oeste paranaense**: o 3º espaço relevante – especificidades e diversidades. Curitiba, 2008. Estudo Os Vários Paranás.

IPARDES. **Os Vários Paranás**. Linhas de ação para as dimensões econômica, social e institucional: subsídios à política de desenvolvimento regional. Curitiba, 2006b, 90 p.

IPARDES. **Os Vários Paranás**: estudos socioeconômico-institucionais como subsídio aos Planos de Desenvolvimento Regional. Curitiba, 2005. Relatório e mapas. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/publicacoes/varios_paranas.pdf>. Acesso em: abr. 2006.

IPARDES. **Os Vários Paranás**: Identificação de espacialidades socioeconômico-institucionais como subsídio a Políticas de Desenvolvimento Regional. Síntese. Curitiba, 2006a, 90 p.

IPARDES. **Redes urbanas regionais**: Sul. Brasília: IPEA, 2000. (Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, 6). Convênio IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, IPARDES.

IPEA. **Configuração atual e tendências da rede urbana do Brasil**. Brasília, IPEA, 2002. (Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, 1). Convênio IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR.

LEMOS, M.B.; MORO, S.; DOMINGUES, E.P.; RUIZ, R.M. A organização territorial da indústria no Brasil. In: DE NEGRI, J.A.; SALERNO, M.S. (Org) Inovações, padrões tecnológicos e desempenho das firmas industriais brasileiras. Brasília: IPEA, 2005.

MOURA, R. **Arranjos Urbano-Regionais no Brasil**: uma análise com foco em Curitiba. Tese (Doutorado em Geografia) apresentada a Universidade Federal do Paraná, 2009.

MOURA, R. Paraná: meio século de urbanização. **RA'E GA**: O Espaço Geográfico em Análise, Curitiba: Editora da UFPR, v.8, n.8, p.33-44, 2004.

MOURA, R.; MAGALHÃES, M. V. Leitura do padrão de urbanização do Paraná nas duas últimas décadas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, IPARDES, n.88, p.3-22, maio/ago., 1996.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano. **Planos Regionais de Desenvolvimento Estratégico para o Estado do Paraná**. Curitiba: SEDU, 2006.

RIBEIRO, L.C. de Q. **Hierarquização e identificação dos espaços urbanos**. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2009.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.